

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025-CCP/FMS-SEMSA/PMVJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1814/2025-GAB-FMS/SEMSA/PMVJ

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade Orçamentária do MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI/AP, inscrito no CNPJ nº 12.456.167-0001-40, neste ato representado pelo Sr. Paulo Sérgio Dias Pinheiro, torna público a presente licitação para **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA ATENÇÃO BÁSICA, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI/AP, INCLUINDO UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), FARMÁCIA CENTRAL E DEMAIS ESTABELECIMENTOS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE E A EFICÁCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).**

Os medicamentos a serem adquiridos estão padronizados de acordo com a **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME)**, protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde, bem como com a lista de medicamentos estabelecida pelo Município.

Será regido pela Lei nº 14.133/2021.

Modo de disputa: ABERTO.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

O critério de julgamento adotado será: Registro de Preço.

PLATAFORMA PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

LOCAL: Plataforma Licitações On-line www.licitanet.com.br.

E-mails: contato@licitanet.com.br.

O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no Portal de Transparência do Município

www.vitoriaodojariap.com.br e site da realização do pregão eletrônico www.licitanet.com.br.

OBS.: Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: (Suporte aos Fornecedores) WHATSAPP (34) 25126508 / (34) 3014-6633.

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO

<i>Início do cadastro das Propostas</i>	<i>27.11.2025</i>	<i>09hrs00min</i>
<i>Início da fase competitiva:</i>	<i>09.12.2025</i>	<i>Automática pelo Sistema</i>

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari-AP, com sede na rua Pedro Ladislau, nº 1135, Bairro Prainha, Departamento de licitações-SEMSA.

Secretário de Saúde: Paulo Sergio Pinheiro Dias

Pregoeira: Izabela Cintia Freitas Martins

Equipe de Apoio: Ávila dos Santos Soares, Neityelma de S. Soares.

1. DO OBJETO:

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA ATENÇÃO BÁSICA, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI/AP, INCLUINDO UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), FARMÁCIA CENTRAL E DEMAIS ESTABELECIMENTOS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE E A EFICÁCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

Os medicamentos a serem adquiridos estão padronizados de acordo com a **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME)**, protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde, bem como com a lista de medicamentos estabelecida pelo Município.

1.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

1.2 DOS RECURSOS FINANCEIROS:

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ - FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0210	GESTÃO DO PROGRAMA DE SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO
AÇÃO:	2-051	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO
NAT. DE DESPESA:	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSO:	600	TRANSFERÊNCIAS

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ - FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0067	MANUT. COORDENAÇÃO E APOIO A ATENÇÃO BÁSICA
AÇÃO:	2-045	ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA
NAT. DE DESPESA:	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSO:	600	TRANSFERÊNCIAS

1.3 DO PREGOEIRO(A):

1.3.1 Caberá ao pregoeiro (a), em especial:

1.3.2 Conduzir a sessão pública

1.3.3 Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de pode requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

- 1.3.4 Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- 1.3.5 Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- 1.3.6 Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 1.3.7 Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- 1.3.8 Receber, examinar e decidir os recursos e encaminha-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- 1.3.9 Indicar o vencedor do certame;
- 1.3.10 Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua Homologação.
- 1.3.11 O pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do Órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

1.4 DA MODIFICAÇÃO DO EDITAL

1.4.1 Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afeta a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

1.5 ESCLARECIMENTOS

1.5.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados a Pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

1.5.2 A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data do recebimento do pedido.

1.5.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

1.6 IMPUGNAÇÃO

1.6.1 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, em aba própria no site <https://licitanet.com.br>, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

1.6.2 A impugnação não possui efeitos suspensivos e caberá a pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do edital e anexo, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data do recebimento da impugnação.

1.6.3 A concessão de efeitos suspensivos à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

1.6.4 Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicado uma nova data para realização do certame.

2. PODERÃO PARTICIPAR DESTE PREGÃO ELETRÔNICO:

2.1 Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br>

2.2 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari, em nenhum caso, responsável por eles. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

2.3 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

2.4 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br>

2.5 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.6 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

2.7 Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

a) empresas que tenham sido declaradas inidôneas, suspensas e impedidas para licitar ou contratar por ato do Poder Público, em quaisquer de seus órgãos, ainda que descentralizados, sendo verificada tal restrição no site:

www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis

b) empresas cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

c) empresas reunidas em consórcio e que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.8 A não observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento se sujeita às penalidades cabíveis.

2.9 A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

2.10 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.

2.11 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

2.12 O contratado deverá manter, durante toda a sua vigência, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.13 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br>

3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.3 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL NA PLATAFORMA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta no sistema eletrônico, o sistema irá disponibilizar uma planilha para o preenchimento dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca; se a marca for da própria licitante participante, deverá constar o nome PRÓPRIA, como a marca.

4.1.3 Modelo;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

4.1.5 Em se tratando de serviços, poderá o licitante inserir a palavra SERVIÇOS no campo marca/modelo, não sendo motivo para desclassificação à falta dela.

4.1.6 Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo www.licitanet.com.br não poderá conter nenhum tipo de informação (Logomarca, CNPJ, nome do (a) representante, telefone, endereço) que identifique à interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório.

4.1.7 A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

4.1.8 A pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "PROPOSTA INICIAL" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

4.1.9 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, a pregoeira obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ.

4.1.10 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes, QUANDO FOREM SOLICITADOS, encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6 Os documentos que compõem A PROPOSTA E A HABILITAÇÃO do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.7 Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, a licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

5.7.1 Os objetos ofertados deverão atender a todas as especificações constantes do Anexo II– Termo de Referência;

5.7.2 Para que seja verificada a conformidade das especificações do objeto da proposta enviada pelo licitante com o objeto desta licitação, a proposta deverá ser detalhada contendo: especificação do objeto, com seu respectivo valor individualizado.

5.7.3 O valor do serviço ou produto ofertado pela licitante será de sua exclusiva e total responsabilidade, não lhe cabendo o direito de pleitear sua alteração.

5.7.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.7.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.7.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.8 A proposta deverá ser digitada ou impressa, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; com todas as folhas rubricadas, exceto a última, que deve ser assinada pelo representante legal da empresa, e dela devem constar:

5.7.9 Razão social do proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, Agência e respectivo banco e, se possuir número de telefone e endereço eletrônico (e-mail).

5.7.10 Declaração de que no preço cotado estão incluídas todas as despesas, tais como fretes, seguros, taxas, impostos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

5.7.11 As propostas deverão conter, ainda, a indicação da marca dos itens, sendo que a ausência destas informações poderá acarretar a desclassificação do licitante.

5.7.12 Ocorrendo diferenças entre as especificações dos objetos licitados descritas no presente Edital e a descrição publicada no sistema eletrônico LICITANET, prevalecerão as constantes deste Edital.

5.7.13 O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa proponente deverá ser o mesmo da que efetivamente fornecerá os produtos/materiais objetos da presente licitação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E ENVIO DAS PROPOSTAS ADEQUADAS

6.1 No horário estabelecido neste Edital, a pregoeira abrirá a sessão pública em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br> conforme Edital.

6.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.3 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.4 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances de cada ITEM, que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (UM) centavo.

6.5 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.6 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.7 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.8 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.9 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.10 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

- 6.11 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALOR POR ITEM, com no máximo 02 (duas) CASAS DECIMAIS, considerando as quantidades constantes no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, a pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.
- 6.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 6.13 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;
- 6.14 Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, a pregoeira poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 6.15 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do lote/item;
- 6.16 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 6.17 A pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br>
- 6.19 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;
- 6.20 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;
- 6.21 Em relação a lotes NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 6.22 Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta mais bem classificada, depois de encerrada a etapa de lances;
- 6.23 A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.26 Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

6.27 Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) Produzidos no País;
- b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (Lei 14.133/21).
- d) Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação

6.28 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.29 Encerrada a fase de lances e negociação, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) OS FORNECEDORES CONVOCADOS PARA A FASE DE HABILITAÇÃO TERÃO O PRAZO MÁXIMO DE 03 (HORAS), A PARTIR DA CONVOCAÇÃO, PARA O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA.

7.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i) - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- c) Balanço Patrimonial, juntamente com as Demonstrações Contábeis: DRE, DMPL, dos dois últimos exercícios social exigível, apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente. Acompanhados da cópia do termo de abertura e encerramento do livro diário, onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, acompanhado de cópia da Carteira de Identidade Profissional do contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, Certidão de Habilitação Profissional e Certidão Negativa de Débitos (CND) emitidas pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), CERTIFICANDO que o(a) profissional encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil, de acordo com a Resolução nº 1.637/2021- CFC; certidão simplificada; certidão específica e certidão específica de participação societária de arquivamento emitidas pela Junta Comercial, bem como as notas explicativas em conformidade com o NBC TG nº 1000 do (CPC PME); já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
LG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante Ativo Circulante

LC = -----;
Passivo Circulante

c a) Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

- d) Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- e) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- g) O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- h) Declaração de idoneidade, perante a secretaria Municipal de Saúde, do Município de Vitória do Jari/AP.

8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 - Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.1.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico e representante legal do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.2 - Registro/Inscrição e/ou certidão de regularidade da pessoa jurídica indicando o responsável técnico, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia do Amapá, em plena validade;

8.3 - Declaração do Conselho Regional de Farmácia do Amapá, onde se comprova que a empresa está inscrita no conselho de classe, de acordo com as exigências da Lei nº 5991/73.

8.4 - Comprovação de que licitante possui, em seu quadro de pessoal, na data da licitação, Responsável Técnico legalmente habilitado e com registro Conselho Regional de Farmácia do Amapá, em plena validade;

8.5 - A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:

8.5.1 Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;

8.5.2 Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição;

8.5.3 Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços;

9 TÉCNICO-OPERACIONAL

9.1 - A licitante deve apresentar certidões ou atestado(s) de capacidade técnica, comprovando ter executado, serviços de características compatíveis com o objeto desta licitação, em nome da própria Licitante, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.1.1 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.1.2 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.1.3 - Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.1.4 - Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.1.5 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10 - Apresentar portfólio de armazenagem, distribuição e dispensação de medicamentos, visando o programa e procedimentos de boas práticas.

11 - Alvará de licença/funcionamento;

12 - Alvará de vistoria/certificação, emitido pelo corpo de bombeiros militar;

13 - Alvará Emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária, do município ou estado da sede do licitante;

14 **Critério de Julgamento:** menor preço por item ou lote, considerando as especificações técnicas, qualidade, validade mínima e condições de entrega;

15 **Condições de Entrega:** cumprimento de prazos, transporte adequado e embalagem conforme legislação sanitária;

16 **Condições Contratuais:** aceitação das cláusulas de garantia, sanções por descumprimento e possibilidade de fornecimento parcelado conforme requisições.

17 **Decisão:**

18 A forma de seleção **Pregão Eletrônico com SRP** é a mais adequada para esta contratação, pois permite:

19 Atendimento da demanda de forma parcelada e contínua;

20 Competitividade entre fornecedores, garantindo melhor preço e condições;

21 Transparência e segurança jurídica;

22. Flexibilidade para atender situações emergenciais sem comprometer o planejamento orçamentário.

10 OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Quando declarações (modelos Anexos: IV, V, VI e VII), conter preferencialmente assinatura do responsável constituído, bem como conter preferencialmente carimbo do CNPJ da empresa em todas as páginas.

11- DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.1.2 Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.3 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.1.4 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.1.5 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.1.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.3 Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.1.4 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.1.5 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13.3 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora pela Pregoeira, ou, quando houver recurso, pela autoridade competente.

14 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Homologado o resultado da licitação, será celebrada a ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para a eventual e futura contratação entre as partes que terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 - O proponente que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, sem prejuízo das penalidades estipulados no item 12.2 deste edital.

14.2 A licitante deverá fazer-se representar por profissional devidamente habilitado, inclusive autorizado a firmar em seu nome a assinatura da referida Ata. A efetivação da Ata de Registro de Preços dar-se-á no recinto da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Pedro Ladislau, Nº 1135, Bairro Prainha, Vitória do Jari-AP.

14.4 - Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do instrumento que aqui se trata, guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

14.5 - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para,

após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15 - DO REAJUSTE DO PREÇO E PRAZO

15.1 - REAJUSTE DE PREÇO:

- a) Equilíbrio Econômico-financeiro do contrato, conforme previsto no **art. 134 da Lei nº 14.133/2021**. Aqui está uma sugestão detalhada que você pode adaptar:
- b) O valor contratual poderá ser **reajustado anualmente**, contado a partir da data da assinatura do contrato, com base na variação do índice oficial estabelecido no TERMO DE REFERENCIA, conforme previsto no artigo 134 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.2 - CRITÉRIOS PARA O REAJUSTE:

- a) O índice de reajuste será o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, ou outro que venha a substituí-lo, conforme pactuará contratual.
- b) O reajuste será aplicado **automaticamente**, mediante solicitação da contratada e comprovação da variação do índice.

15.1.3 - A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR:

- a) Planilha atualizada de custos
- b) Memória de cálculo do reajuste
- c) Comprovação da data-base do contrato

15.1.4- PROCEDIMENTOS:

- a) A solicitação de reajuste deverá ser encaminhada à **DIRETORA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS** para análise administrativa.
- b) O **Fiscal do Contrato**, **DIRETORA ADMINISTRATIVA-FMS/SEMSA/PMVJ**, deverá emitir parecer técnico sobre a conformidade dos serviços e a compatibilidade dos valores.
- c) O reajuste será formalizado pôr **termo aditivo**, após aprovação da autoridade competente.

15.1.5 - OBSERVAÇÕES:

- a) O reajuste não será aplicado retroativamente.
- b) Não será concedido reajuste em caso de inadimplemento contratual ou pendências na execução dos serviços.

15.1.6 - REAJUSTE DE PRAZO:

- I. A vigência do contrato poderá ser **prorrogada** nas hipóteses previstas no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e administrativa, observando-se:
 - a) **Execução contínua dos serviços**, conforme o interesse público;
 - b) **Impedimentos temporários** devidamente justificados pela contratada;
 - c) **Necessidade de conclusão do objeto**, em contratos por escopo;
 - d) **Atrasos imputáveis à Administração**, que impactem o cronograma contratual.

15.1.7- PROCEDIMENTOS:

- a) A contratada deverá apresentar **solicitação formal**, com justificativa e documentação comprobatória.
- b) O pedido será analisado pela **DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**, com parecer técnico do **Fiscal do Contrato**.
- c) A prorrogação será formalizada pôr **termo aditivo**, com nova definição de prazo e cronograma.

15.1.8- OBSERVAÇÕES:

- a) A prorrogação não implica em reajuste de valores, salvo se houver previsão contratual específica.
- b) O pedido deverá ser feito com **antecedência mínima de 30 dias** do término da vigência contratual.

16 - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

Gestão do Contrato:

Responsável – Diretora de Contratos e Convênios

Deveres e responsabilidades:

- a) Monitorar prazos, entregas e pagamentos;
- b) Solicitar alterações, prorrogações ou sanções, quando necessário;
- c) Garantir que o contrato esteja alinhado com o interesse público.

Fiscalização do Contrato:

Fiscal – Farmacêutica da SEMSA

Deveres e responsabilidades:

- a) Verificar a conformidade dos serviços ou produtos entregues;
- b) Atestar notas fiscais e relatórios de execução;
- c) Comunicar irregularidades ao gestor;
- d) Manter registros detalhados das inspeções e verificações.

Comentários:

▪ O(s) fiscal(is) do contrato deverão atender aos requisitos do art. 7º da Lei de Licitações:

Art. 7º [...] I – sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II – tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III – não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

§ 4º Na hipótese da contratação de terceiros prevista no caput deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras:

I – a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

II – a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado

16.1 Todas as notificações oficiais emitidas à contratada serão emitidas sempre por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail).

16.2 Após o aceite de Relatório de Entrega, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), nos moldes da legislação vigente, devendo, ainda, constar obrigatoriamente as seguintes informações:

16.3 Informações referentes aos produtos, tais como: fabricante, modelo, tipo, lote e prazo de garantia.

16.4 À Nota Fiscal deverá ser anexada uma cópia da Nota de Empenho (NE) correspondente.

17 – DAS OBRIGAÇÕES DO(S) LICITANTE(S) REGISTRADOS

O fornecedor vencedor da licitação deverá cumprir, de forma integral, as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato administrativo e na legislação vigente, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo o fiel cumprimento do objeto contratado. São obrigações do fornecedor:

17.1 Fornecimento do Bem conforme especificações

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6000	Und	Aciclovir 200mg. Comprimido	R\$ 0,54	R\$ 3.220,00
2	80000	Und	Ácido acetilsalicílico 100mg. Comprimido	R\$ 0,10	R\$ 7.733,33
3	40000	Und	Ácido acetilsalicílico 500mg. Comprimido	R\$ 0,46	R\$ 18.400,00
4	80000	Und	Ácido ascórbico 500mg. Comprimido	R\$ 0,27	R\$ 21.333,33
5	90000	Und	Ácido fólico 5mg. Comprimido	R\$ 0,10	R\$ 9.000,00
6	15000	Und	Albendazol 400mg. Comprimido mastigável	R\$ 0,89	R\$ 13.350,00
7	90000	Und	Amoxicilina 500mg. Cápsula	R\$ 0,61	R\$ 54.600,00
8	15000	Und	Amoxicilina + Clavulanato de Potássio 500+125mg. Comprimido	R\$ 4,73	R\$ 70.950,00
9	12000	Und	Ampicilina 500mg. Comprimido	R\$ 1,01	R\$ 12.120,00
10	15000	Und	Anlodipino 10mg. Comprimido	R\$ 0,21	R\$ 3.150,00
11	15000	Und	Anlodipino 5mg. Comprimido	R\$ 0,09	R\$ 1.300,00
12	15000	Und	Atenolol 100mg. Comprimido	R\$ 0,31	R\$ 4.650,00
13	15000	Und	Atenolol 50mg. Comprimido	R\$ 0,16	R\$ 2.350,00
14	15000	Und	Atenolol 25mg. Comprimido	R\$ 0,09	R\$ 1.300,00
15	70000	Und	Azitromicina 500mg. Comprimido	R\$ 1,79	R\$ 125.300,00
16	40000	Und	Butilbrometo de escopolamina + dipirona 10mg + 250mg.	R\$ 0,54	R\$ 21.466,67
17	40000	Und	Captopril 50mg. Comprimido	R\$ 0,13	R\$ 5.066,67
18	60000	Und	Captopril 25mg. Comprimido	R\$ 0,09	R\$ 5.200,00

19	10000	Und	Carvedilol 3,125mg.	R\$	0,20	R\$	1.966,67
20	10000	Und	Carvedilol 6,25mg.	R\$	0,25	R\$	2.466,67
21	10000	Und	Clopidogrel 7mg.	R\$	2,05	R\$	20.500,00
22	90000	Und	Cefalexina 500mg. Cápsula	R\$	1,54	R\$	138.300,00
23	15000	Und	Cetoconazol 200mg. Comprimido	R\$	0,52	R\$	7.750,00
24	35000	Und	Cimetina 200mg. Comprimido	R\$	0,29	R\$	10.150,00
25	60000	Und	Cloridrato de Ciprofloxacino 500mg. Comprimido revestido	R\$	0,43	R\$	25.600,00
26	40000	Und	Cloridrato de Metformina 500mg. Comprimido	R\$	0,27	R\$	10.666,67
27	90000	Und	Cloridrato de Metformina 850mg. Comprimido	R\$	0,30	R\$	27.000,00
28	30000	Und	Cloridrato de Metoclopramida 10mg. Comprimido	R\$	0,14	R\$	4.200,00
29	1500	Und	Cloridrato de Prometazina 25mg. Comprimido	R\$	0,38	R\$	565,00
30	25000	Und	Cloridrato de Propranolol 40mg. Comprimido	R\$	0,10	R\$	2.416,67
31	8000	Und	Digoxina 0,25mg. Comprimido	R\$	0,44	R\$	3.493,33
32	80000	Und	Dipirona sódica 500mg. Comprimido	R\$	0,29	R\$	23.200,00
33	80000	Und	Diclofenaco de sódio 50mg. Comprimido	R\$	0,13	R\$	10.133,33
34	12000	Und	Fluconazol 150mg. Cápsula	R\$	1,11	R\$	13.320,00
35	25000	Und	Furosemida 40mg. Comprimido	R\$	0,11	R\$	2.750,00
36	100000	Und	Glibenclamida 5mg. Comprimido	R\$	0,08	R\$	8.000,00
37	50000	Und	Hidroclorotiazida 25mg. Comprimido	R\$	0,07	R\$	3.500,00
38	90000	Und	Hidroclorotiazida 50mg. Comprimido	R\$	0,17	R\$	15.000,00
39	50000	Und	Ibuprofeno 300mg. Comprimido	R\$	0,25	R\$	12.500,00
40	70000	Und	Ibuprofeno 600mg. Comprimido	R\$	0,32	R\$	22.166,67
41	15000	Und	Ivermectina 6mg. Comprimido	R\$	0,99	R\$	14.800,00
42	180000	Und	Losartana potássica 100mg. Comprimido	R\$	0,53	R\$	94.800,00
43	70000	Und	Losartana potássica 50mg. Comprimido	R\$	0,11	R\$	7.466,67
44	8000	Und	Maleato de Enalapril 5mg. Comprimido	R\$	0,11	R\$	880,00
45	20000	Und	Maleato de Enalapril 20mg. Comprimido	R\$	0,13	R\$	2.600,00
46	15000	Und	Maleato de Enalapril 10mg. Comprimido	R\$	0,10	R\$	1.450,00

47	10000	Und	Mebendazol 100mg. Comprimido	R\$	0,60	R\$	5.966,67
48	8000	Und	Metildopa 500mg. Comprimido	R\$	2,51	R\$	20.080,00
49	6000	Und	Metildopa 250mg. Comprimido	R\$	1,26	R\$	7.540,00
50	40000	Und	Metronidazol 250mg. Comprimido	R\$	0,37	R\$	14.666,67
51	15000	Und	Nifedipino 10mg. Comprimido	R\$	0,24	R\$	3.550,00
52	20000	Und	Nifedipino 20mg. Comprimido	R\$	0,41	R\$	8.133,33
53	90000	Und	Nimesulida 100mg. Comprimido	R\$	0,20	R\$	17.700,00
54	15000	Und	Nitrofurantoína 100mg. Comprimido	R\$	1,05	R\$	15.750,00
55	50000	Und	Omeprazol 20mg. Cápsula	R\$	0,17	R\$	8.500,00
56	60000	Und	Paracetamol 500mg. Comprimido	R\$	0,18	R\$	10.600,00
57	10000	Und	Prednisona 5mg. Comprimido revestido	R\$	0,14	R\$	1.366,67
58	25000	Und	Prednisona 20mg. Comprimido revestido	R\$	0,44	R\$	10.916,67
59	20000	Und	Secnidazol 1000mg. Comprimido	R\$	2,43	R\$	48.533,33
60	35000	Und	Sinvastatina 20mg. Comprimido	R\$	0,19	R\$	6.650,00
61	20000	Und	Sinvastatina 40mg. Comprimido	R\$	0,30	R\$	5.933,33
62	45000	Und	Sulfametoxazol + trimetoprima. Comprimido	R\$	0,36	R\$	16.050,00
63	40000	Und	Sulfato ferroso 10mg. Comprimido	R\$	0,14	R\$	5.600,00
MEDICAMENTOS INJETAVEIS							
64	3000	Und	Acetato de dexametasona 8mg/mL. Solução injetável 2ml	R\$	3,03	R\$	9.090,00
65	5000	Und	Ácido ascórbico 500mg. Injetável 5ml	R\$	2,14	R\$	10.700,00
66	600	Und	Ácido tranexâmico 50mg/mL. Solução injetável	R\$	8,87	R\$	5.320,00
67	4000	Und	Água para injeção 10ml	R\$	0,61	R\$	2.426,67
68	400	Und	Água para injeção 500ml	R\$	13,62	R\$	5.448,00
69	2500	Und	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI.	R\$	16,67	R\$	41.675,00
70	2500	Und	Benzilpenicilina benzatina 600.000 UI.	R\$	20,60	R\$	51.491,67
71	2000	Und	Butilbrometo de escopolamina 20mg/mL - injetável	R\$	3,02	R\$	6.040,00

72	2400	Und	Butilbrometo de escopolamina + dipirona 4mg + 500mg/5ml. Solução injetável	R\$	3,78	R\$	9.072,00
73	1500	Und	Ceftriaxona 1g. Pó intravenosa – suspensão injetável	R\$	9,10	R\$	13.650,00
74	1000	Und	Ceftriaxona sódica 1g. Pó intramuscular – solução injetável	R\$	9,95	R\$	9.946,67
75	1000	Und	Cloridrato de Lidocaína 2% (20mg/mL) de 20mL sem vaso	R\$	10,90	R\$	10.900,00
76	2500	Und	Cloridrato de Metoclopramida 5mg/mL. Solução injetável	R\$	1,66	R\$	4.150,00
77	1000	Und	Cloridrato de Prometazina 25mg/mL. Solução injetável	R\$	7,58	R\$	7.576,67
78	2500	Und	Diclofenaco solução injetável 25mg	R\$	2,03	R\$	5.066,67
79	3000	Und	Dipirona sódica 500mg/mL. Injetável	R\$	2,32	R\$	6.960,00
80	800	Und	Fitomenadiona (Vitamina K) 10mg/mL. Solução injetável	R\$	7,18	R\$	5.744,00
81	1000	Und	Furosemida 10mg/mL. Solução injetável	R\$	1,96	R\$	1.960,00
82	2000	Und	Glicose 100mg/mL – 25% Solução injetável	R\$	1,21	R\$	2.420,00
83	2000	Und	Glicose 100mg/mL – 50% Solução injetável	R\$	1,21	R\$	2.420,00
84	1000	Und	Succinato sódico de Hidrocortisona 100mg. Pó susp. injetável	R\$	8,05	R\$	8.050,00
85	1000	Und	Succinato sódico de Hidrocortisona 500mg. Pó susp. injetável	R\$	13,10	R\$	13.096,67
86	600	Und	Sulfato de Gentamicina 40mg/2mL. Solução injetável	R\$	2,24	R\$	1.344,00
87	600	Und	Sulfato de Gentamicina 80mg/2mL. Solução injetável	R\$	2,44	R\$	1.464,00
88	5000	Und	Vitaminas do Complexo B – Associação injetável	R\$	2,23	R\$	11.150,00

MEDICAMENTOS – SOROS

89	10	Cx	Água destilada 500ml – 24 unidades (caixa)	R\$	326,28	R\$	3.262,80
90	40	Cx	Cloreto de sódio 0,9% 250ml – caixa c/ 24 unidades	R\$	165,06	R\$	6.602,40
91	45	Cx	Cloreto de sódio 0,9% 100ml – cx c/100 unidades	R\$	656,50	R\$	29.542,50
92	30	Cx	Cloreto de sódio 0,9% 500ml – cx c/24 unidades	R\$	280,17	R\$	8.405,00
93	30	Cx	Soro glicosado 5% 500ml – cx c/24 unidades	R\$	346,74	R\$	10.402,20
94	25	Cx	Soro glicofisiológico 250ml – cx c/48 unidades	R\$	524,68	R\$	13.117,00

95	25	Cx	Soro Ringer simples 500ml – cx c/24 unidades	R\$	301,20	R\$	7.530,00
96	25	Cx	Soro Ringer c/ lactato 500ml – cx c/24 unidades	R\$	295,80	R\$	7.395,00
97	25	Cx	Soro Ringer simples 500ml – cx c/24 unidades	R\$	301,20	R\$	7.530,00
MEDICAMENTOS SUPENSAO							
98	3000	Und	Acebrofilina 10mg/mL adulto – xarope	R\$	19,69	R\$	59.060,00
99	3000	Und	Acebrofilina 5mg/mL pediátrico – xarope	R\$	17,04	R\$	51.110,00
100	3500	Und	Acetilcisteína 20mg/mL pediátrico – xarope	R\$	11,68	R\$	40.868,33
101	3500	Und	Acetilcisteína 40mg/mL adulto – xarope	R\$	10,86	R\$	38.010,00
102	4000	Und	Albendazol 40mg/mL – suspensão oral 10ml	R\$	2,69	R\$	10.760,00
103	4000	Und	Ambroxol adulto 30mg/5mL – xarope	R\$	5,38	R\$	21.506,67
104	4000	Und	Ambroxol pediátrico 15mg/5mL – xarope	R\$	5,26	R\$	21.026,67
105	5000	Und	Amoxicilina 50mg/mL – pó p/ suspensão oral	R\$	7,81	R\$	39.033,33
106	3000	Und	Amoxicilina + Clavulanato 50mg + 12,5mg/mL	R\$	37,99	R\$	113.970,00
107	4000	Und	Azitromicina 40mg/mL – pó p/ suspensão oral	R\$	13,97	R\$	55.866,67
108	2500	Und	Benzoato de Benzila 100mg/80g	R\$	14,97	R\$	37.425,00
109	2500	Und	Carbocisteína 20mg/mL pediátrico – xarope	R\$	7,02	R\$	17.541,67
110	2500	Und	Carbocisteína 50mg/mL adulto – xarope	R\$	9,03	R\$	22.566,67
111	3500	Und	Cefalexina 50mg/mL – suspensão oral	R\$	24,38	R\$	85.318,33
112	2500	Und	Cloridrato de Metoclopramida 4mg/mL – solução oral	R\$	3,81	R\$	9.516,67
113	3500	Und	Complexo B – suspensão oral	R\$	7,35	R\$	25.725,00
114	4000	Und	Dexametasona 0,1mg/mL – elixir	R\$	5,45	R\$	21.800,00
115	5000	Und	Dipirona sódica 500mg/mL – solução oral	R\$	2,81	R\$	14.050,00
116	2500	Und	Fosfato dissódico de prednisolona 3mg/mL – solução oral	R\$	10,04	R\$	25.091,67
117	5000	Und	Hidróxido de alumínio 61,5mg/mL – suspensão oral	R\$	4,96	R\$	24.783,33
118	5000	Und	Ibuprofeno 50mg/mL – solução oral	R\$	3,98	R\$	19.900,00
119	3000	Und	Loratadina 1mg/mL – xarope	R\$	7,07	R\$	21.210,00
120	3000	Und	Maleato de dexclorfeniramina 0,4mg/mL – xarope	R\$	3,82	R\$	11.450,00
121	1500	Und	Mebendazol 20mg/mL – solução oral	R\$	4,02	R\$	6.030,00
122	4000	Und	Metronidazol – suspensão 40mg/mL	R\$	13,18	R\$	52.706,67
123	5000	Und	Nimesulida 50mg/mL – gotas	R\$	3,44	R\$	17.200,00
124	2500	Und	Nistatina 100.000UI – suspensão oral	R\$	9,50	R\$	23.750,00
125	2000	Und	Óleo mineral 100ml	R\$	6,24	R\$	12.473,33
126	5000	Und	Paracetamol 200mg/mL – solução oral	R\$	2,38	R\$	11.883,33
127	2000	Und	Pasta d'água	R\$	13,39	R\$	26.780,00

128	3000	Und	Polivitamínico de A a Z	R\$	7,40	R\$	22.190,00
129	800	Und	Sais para reidratação oral – pó (envelopes)	R\$	1,88	R\$	1.504,00
130	1500	Und	Simeticona gotas 75mg/mL – solução oral	R\$	2,83	R\$	4.240,00
131	2500	Und	Secnidazol 30mg/mL – solução oral	R\$	39,50	R\$	98.750,00
132	4000	Und	Sulfametoxazol + Trimetoprima 40+8mg/mL – suspensão oral	R\$	12,21	R\$	48.840,00
133	1200	Und	Salbutamol aerossol 200mcg/dose	R\$	30,51	R\$	36.612,00
134	4000	Und	Sulfato de Salbutamol 0,4mg/mL – solução oral	R\$	4,23	R\$	16.906,67
135	2500	Und	Sulfato ferroso 5mg/mL – xarope	R\$	6,10	R\$	15.241,67
136	6000	Und	Vitamina C – suspensão	R\$	2,54	R\$	15.240,00
MEDICAMENTOS CREMES, POMADA E GEL							
137	600	Und	Aciclovir 50mg/g – creme 50g bisnaga	R\$	5,73	R\$	3.438,00
138	3800	Und	Cetoconazol 20mg – bisnaga	R\$	6,72	R\$	25.523,33
139	50	Und	Cloridrato de Lidocaína 20mg/g (2%) – gel bisnaga	R\$	9,48	R\$	473,83
140	400	Und	Cloranfenicol pomada 0,6UI/g + 0,01g/g Kollagenase – bisnaga	R\$	79,00	R\$	31.600,00
141	3800	Und	Dexametasona 0,1% – creme bisnaga	R\$	3,53	R\$	13.401,33
142	2500	Und	Metronidazol + Nistatina 100mg/g + 20.000UI/g – creme vaginal	R\$	25,10	R\$	62.750,00
143	2500	Und	Metronidazol 100mg/g – gel vaginal	R\$	11,69	R\$	29.216,67
144	3800	Und	Neomicina + Bacitracina 5mg/250UI/g – pomada bisnaga	R\$	4,52	R\$	17.163,33
145	2500	Und	Nistatina – creme vaginal 50g bisnaga	R\$	11,38	R\$	28.441,67
146	2500	Und	Nitrato de Miconazol 2% (20mg) 30g – creme	R\$	5,84	R\$	14.591,67
147	2500	Und	Nitrato de Miconazol 2% (20mg) 80g – creme vaginal	R\$	17,37	R\$	43.425,00
148	1000	Und	Permetrina 10mg/g (5%) – loção bisnaga	R\$	6,84	R\$	6.836,67
149	800	Und	Sulfadiazina de prata 1% (10mg/g) – creme bisnaga	R\$	9,72	R\$	7.773,33
MEDICAMENTOS SHAPOO, COLIRIO EMULSÃO PASTA OLEO LOÇÃO, SUPOSITÓRIO, ELIXIR E OUTROS							
150	50	Und	Lidocaína gel 30g	R\$	9,48	R\$	473,83
151	200	Und	Brometo de Ipratrópio 0,31mg/mL	R\$	2,54	R\$	508,00
152	2500	Und	Óleo de girassol	R\$	32,50	R\$	81.250,00
MEDICAMENTOS CONTROLADOS							
153	2000	Und	Alprazolam 2mg – comprimido	R\$	0,99	R\$	1.980,00
154	2000	Und	Bromazepam 3mg – comprimido	R\$	0,32	R\$	633,33
155	2000	Und	Bromazepam 6mg – comprimido	R\$	0,99	R\$	1.980,00

156	3500	Und	Diazepam 5mg – comprimido	R\$	0,21	R\$	735,00
157	3500	Und	Diazepam 10mg – comprimido	R\$	0,21	R\$	735,00
158	2000	Und	Clonazepam 2,5mg – comprimido	R\$	4,98	R\$	9.953,33
159	4000	Und	Clonazepam 2mg/mL – solução oral	R\$	7,90	R\$	31.600,00
MEDICAMENTOS CONTROLADOS – ANTIPSICOTICOS							
160	2000	Und	Haloperidol 2mg/mL – suspensão oral	R\$	8,45	R\$	16.900,00
161	8000	Und	Hemifumarato de Quetiapina 25mg – comprimido	R\$	0,99	R\$	7.920,00
162	2500	Und	Risperidona 1mg – comprimido	R\$	0,41	R\$	1.025,00
163	800	Und	Risperidona 1mg/mL – solução oral	R\$	27,60	R\$	22.080,00
164	3000	Und	Risperidona 2mg – comprimido	R\$	0,41	R\$	1.220,00
165	1500	Und	Risperidona 3mg – comprimido	R\$	0,59	R\$	885,00
166	1500	Und	Clorpromazina 25mg – comprimido	R\$	0,81	R\$	1.215,00
167	1500	Und	Clorpromazina 100mg – comprimido	R\$	0,99	R\$	1.485,00
168	1500	Und	Levomepromazina 25mg – comprimido	R\$	0,98	R\$	1.465,00
169	1500	Und	Levomepromazina 100mg – comprimido	R\$	1,44	R\$	2.155,00
MEDICAMENTOS ANTIDEPRESSIVOS							
170	24000	Und	Cloridrato de Amitriptilina 25mg – comprimido	R\$	0,19	R\$	4.560,00
171	25000	Und	Cloridrato de Fluoxetina 20mg – comprimido	R\$	0,21	R\$	5.166,67
172	6000	Und	Cloridrato de Paroxetina 200mg – comprimido	R\$	0,82	R\$	4.900,00
173	6000	Und	Cloridrato de Sertralina 50mg – comprimido	R\$	0,32	R\$	1.900,00
174	6000	Und	Pregabalina 75mg – cápsula/comprimido	R\$	0,90	R\$	5.380,00
MEDICAMENTOS CONTROLADOS – ANTICONVULSIVANTES							
175	1800	Und	Carbamazepina 20mg – suspensão oral	R\$	29,65	R\$	53.370,00
176	25000	Und	Carbamazepina 200mg – comprimido	R\$	0,64	R\$	16.000,00
177	1500	Und	Carbamazepina 400mg – comprimido	R\$	1,53	R\$	2.290,00
178	10000	Und	Fenobarbital 100mg – comprimido	R\$	0,79	R\$	7.900,00
179	400	Und	Fenobarbital 40mg/mL – solução oral	R\$	18,50	R\$	7.400,00
180	1500	Und	Fenitoína 100mg – comprimido	R\$	0,34	R\$	510,00
181	3000	Und	Ácido Valproico (Valproato de Sódio) 500mg – comprimido	R\$	2,85	R\$	8.550,00
182	3000	Und	Ácido Valproico (Valproato de Sódio) 250mg – comprimido	R\$	1,23	R\$	3.680,00
183	800	Und	Valproato de Sódio – suspensão 250mg/mL	R\$	21,88	R\$	17.501,33
ESTABILIZADOR DE HUMOR							
184	3000	Und	Carbonato de Lítio 300mg – comprimido	R\$	0,63	R\$	1.880,00
185	1000	Und	Codeína 30mg – comprimido	R\$	4,05	R\$	4.050,00
186	2500	Und	Tramadol 50mg – comprimido	R\$	0,63	R\$	1.566,67

187	2000	Und	Metilfenidato 10mg – comprimido	R\$	2,05	R\$	4.100,00
188	1000	Und	Carbidopa + Levodopa 25mg + 250mg – comprimido	R\$	2,18	R\$	2.176,67
189	1000	Und	Levodopa + Benserazida – comprimido	R\$	2,58	R\$	2.576,67
190	1000	Und	Dicloridrato de Pramipexol 0,750mg – comprimido	R\$	3,58	R\$	3.576,67
TOTAL GERAL							R\$ 3.241.786,07

17.2 O fornecimento deverá observar as seguintes condições:

17.2.1 Estado do Bem:

- Os medicamentos deverão ser entregues **em embalagens originais, lacradas, íntegras e com identificação clara do fabricante**, respeitando os prazos de validade e as normas da Vigilância Sanitária.
- Produtos perecíveis devem ser transportados em **veículos apropriados**, com controle de temperatura e higiene adequado, conforme exigido.

17.2.2 Documentação Obrigatória

- Autorização de fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Materiais e patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP.
- Nota Fiscal eletrônica, certidões de regularidade fiscal e ofício da empresa com dados da empresa contratada.

17.2.3 Local e Prazo de Entrega

- Os medicamentos deverão ser entregues nos seguintes locais, conforme cronograma definido pelo Departamento de Compras, materiais e patrimônio.
- O fornecedor deverá agendar previamente a entrega com o setor responsável, respeitando o horário de funcionamento das unidades: **segunda a sexta-feira, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 18h.**
- O prazo máximo para entrega será de **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento da ordem de fornecimento/ou autorização de fornecimento.
- Em caso de necessidade emergencial, poderá ser solicitado **prazo reduzido**, mediante justificativa da Secretaria Municipal de Saúde.
- A reposição de produtos com avarias, vencidos ou em desacordo com as especificações deverá ocorrer em até **24 horas** após notificação formal.

17.2.4 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

- Serão aceitos apenas produtos que estejam **em conformidade com as especificações técnicas** descritas no edital ou termo de referência, incluindo marca, tipo, peso, validade e condições de embalagem.
- Produtos com **embalagens danificadas, violadas, com sinais de contaminação ou vencidos** serão recusados imediatamente, com registro em termo de não conformidade.
- A aceitação será condicionada à **verificação física e documental** dos itens, realizada por servidor designado, com base em:
 - Nota Fiscal;
 - Certificados sanitários e de origem;

iii. Laudos técnicos, quando exigidos.

- d. Será exigido que os produtos possuíssem **validade mínima de 6 a 12 meses do prazo total de validade** no momento da entrega.
- e. A contratada deverá realizar **reposição imediata (em até 24h)** de itens recusados, sem ônus adicional para a contratante.

18 – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, na qualidade de órgão contratante e demandante da presente aquisição, caberá o cumprimento das seguintes obrigações, indispensáveis à execução regular do contrato administrativo e à garantia da adequada entrega do objeto licitado:

18.1. Disponibilização de informações e condições para o cumprimento contratual

- a) Disponibilizar ao fornecedor todas as informações necessárias à execução do objeto contratado, tais como endereço para entrega, local de recebimento dos medicamentos, dados da equipe de fiscalização e outros aspectos operacionais relevantes.

18.2 Fornecimento de estrutura mínima de apoio

- a) Garantir o suporte necessário para que o recebimento dos bens ocorra de forma segura, organizada e documentada, incluindo espaço físico adequado para entrega e conferência dos medicamentos.

18.3 Pagamento ao contratado

- a) Efetuar o pagamento ao fornecedor conforme as condições estabelecidas no contrato, após o recebimento definitivo dos bens e a devida apresentação da nota fiscal, desde que acompanhada da documentação exigida e do atesto do fiscal do contrato.

- b) O prazo de pagamento observará o limite previsto na Lei nº 14.133/2021 (art. 141), ou outro que for estipulado expressamente no edital e no contrato.

18.4 Aplicação de sanções, quando cabíveis

- a) Aplicar as penalidades previstas no edital e na legislação vigente, nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, atraso injustificado ou descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

18.5 Comunicação formal

- a) Manter comunicação por meios formais e institucionais com o contratado, utilizando e-mail corporativo, ofícios ou outros instrumentos oficiais para convocação, notificações, solicitações e recebimento de documentos.

18.6 Responsabilidade pelos recursos orçamentários

- a) Garantir a disponibilidade orçamentária e financeira para a aquisição dos bens, emitindo empenho regularmente, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), a Lei nº 4.320/1964 e a Lei nº 14.133/2021.

18.7 Publicidade dos atos

- a) Promover a publicação dos atos relacionados ao contrato, tais como: extrato da ata de registro de preços, contrato assinado, alterações, pagamentos, sanções e encerramento, em atenção ao princípio da transparência e às determinações dos arts. 174 e 175 da Lei nº 14.133/2021.

19- CONDIÇÕES DE ENTREGA

- a) Informar à contratada, com antecedência mínima de 48h, o cronograma de entregas, locais e horários.
- b) Disponibilizar acesso às unidades de saúde para recebimento dos produtos.

19.1 Local de Entrega

- a) Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio Público, Rua Pedro Ladislau, nº 3511, Bairro Prainha, Município de Vitória do Jari/AP – CEP 68924-000, ou outro endereço indicado pela Administração.

19.1.2 Condições do Produto

- a) Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens originais, lacradas, íntegras e com identificação clara do fabricante, respeitando os prazos de validade e as normas da Vigilância Sanitária.
- b) Produtos perecíveis devem ser transportados em veículos apropriados, com controle de temperatura e higiene adequado, conforme exigido.

19.1.3 Documentação Obrigatória

- a) Emitir nota fiscal eletrônica correspondente a cada entrega;
- b) Manter registro e documentos que comprovem rastreabilidade dos medicamentos;
- c) Fornecer relatórios periódicos de abastecimento e estoque, quando solicitado pela administração.

19.1.4 Responsabilidade pelo Transporte

- a) O transporte até o local de entrega será de responsabilidade exclusiva da contratada, garantindo integridade do produto até o destino final.

19.1.5 Recebimento e Aceitação

- a) Serão aceitos apenas produtos que estejam em conformidade com as especificações técnicas descritas no edital ou termo de referência, incluindo marca, tipo, peso, validade e condições de embalagem.
- b) Produtos com embalagem danificadas, violadas, com sinais de contaminação ou vencimentos serão recusados imediatamente, com registro em termo de não conformidade.
- c) A aceitação será condicionada à verificação física e documental dos itens, realizada por servidor designado, com base em:
 - i. Nota Fiscal;
 - ii. Certificados sanitários e de origem;
 - iii. Laudo técnico, quando exigidos.
- d) Será exigido que os produtos possuam validade mínima de 6 a 12 meses do prazo total de validade no momento da entrega.
- e) A contratada deverá realizar reposição imediata (em até 24h) de itens recusados, sem ônus adicional para a contratante.

20 – DO PAGAMENTO

20.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a contar da data de apresentação do Requerimento, Nota Fiscal, Recibos 2 (duas) vias, Certidões Negativas atualizadas (FGTS, INSS ou documento equivalente, SEFAZ, Prefeitura de Vitória do Jari, Receita Federal e Débitos Trabalhistas) e DAM (Documento de Arrecadação do Município de Vitória do Jari) devidamente pagos;

20.1.2 Os documentos deverão ser atestados por Comissão a ser constituída pelo órgão requisitante para o recebimento do objeto;

20.1.3 A CONTRATANTE ficará responsável pelo pagamento do fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

21 – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

21.1 – A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida e/ou suprimida dentro dos limites previstos na Lei n.º 14.133/21, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do § 2º, inciso II do mesmo artigo.

22- DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços
- b) Não entregar a documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Causar o atraso na execução do objeto;
- e) Não mantiver a proposta;

- f) Falhar na execução da Ata de Registro de Preço;
- g) Fraudar a execução da Ata de Registro de Preço;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Declarar informações falsas; e
- j) Cometer fraude fiscal.

22.2 Entende-se por falhar a execução do contrato, o retardamento da execução do objeto qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços.

22.3 Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão ou comprovada a prática de fraude de qualquer espécie, em relação ao objeto desta licitação, a Administração Municipal poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar, cumulativa ou isoladamente e observado o princípio da proporcionalidade, as seguintes sanções:

22.3.1 Multa de 1% (um) a 10% (dez por cento) do valor da Nota de empenho em caso de atraso e interrupção da prestação dos serviços ora contratados:

- a) Atraso de 01 a 05 dias: multa diária de 1%;
- b) Atraso de 06 a 10 dias: multa diária de 3%;
- c) Atraso de 10 a 15 dias: multa diária de 5%;
- d) Atraso de 15 a 20 dias: multa diária de 14%;
- e) Atraso acima de 20 dias: multa diária de 10%.

22.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

22.5 A licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, não celebrar o contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

22.6 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo o Município através da Secretaria competente, descontar de eventuais pagamentos devidos à licitante, cobrar administrativa ou judicialmente, pelo processo de execução fiscal, com os respectivos encargos previsto em lei.

22.7 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da respectiva ciência.

22.14 Se o motivo da inexecução das obrigações ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Órgão, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

23 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ - FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0210	GESTÃO DO PROGRAMA DE SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO

AÇÃO:	2-051	SUORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO
NAT. DE DESPESA:	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSO:	600	TRANSFERÊNCIAS

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ - FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0067	MANUT. COORDENAÇÃO E APOIO A ATENÇÃO BÁSICA
AÇÃO:	2-045	ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA
NAT. DE DESPESA:	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSO:	600	TRANSFERÊNCIAS

24 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

24.5 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.

24.6 As decisões da Pregoeira serão publicadas no Diário Oficial do Município e divulgadas no portal de transparência: <https://www.vitoriadojari.ap.gov.br>.

24.7 Para atender a seus interesses, a Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari-AP, poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos na Lei Federal n 14.133/21.

24.14 A Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

24.9 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca Vitória do Jari-AP.

24.10 O vencedor deverá, durante a execução contratual, manter as condições de habilitação apresentada na licitação

24.11 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Vitória do Jari, Estado do Amapá.

Maria De Lourdes Santana Da Silva
Diretora de Planejamento e Orçamento
Dec. 753/2025-GAB/PMVJ

ANEXO I
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
(UMA ATA PARA CADA FORNECEDOR)

Nº DA ATA XX/2025/FMS/SEMSA/PMVJ
PROCESSO n.º XX/2025-FMS/SEMSA/PMVJ
PREGÃO ELETRÔNICO n.º XX/2025 – CCP/FMS/SEMSA/PMVJ
VALIDADE: 12 (doze) meses

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade Orçamentária do MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI/AP, inscrito no CNPJ nº 12.456.167-0001-40, com sede na Pedro Ladislau da Silveira, nº 1135, Bairro Prainha, Vitória do Jari - AP, representada neste ato pelo Secretário de Saúde, o Senhor PAULO SÉRGIO PINHEIRO DIAS, ORGÃO GERENCIADOR e do outro lado a **EMPRESA XXXXXXXXXX- CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXX, com sede rua: XXXXXX, Nº: XXXX – bairro XXXXX cidade de XXXXXXXXXXXXXXXX**, adjudicatária do fornecimento abaixo indicado no PROCESSO nº XX/2025-GAB-FMS/SEMSA/PMVJ, PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº XX/2025-CPLCSO/SEMSA/PMVJ, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXX, portador da CI nº XXXX, CPF nº. XXXXXXXXXX, **DORAVANTE DENOMINADA DETENTOR DA ATA**, têm entre si, justo e avançado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento de materiais, nos termos da Lei nº 14.133/21, em face da Licitação nº 04/2024 - CPL/FMS/SEMSA/PMVJ, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica – SRP, registrar os preços da empresa segundo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO:

1.1 Expediente a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI/AP, INCLUINDO UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), FÁRMACIA CENTRAL E DEMAIS ESTABELECIMENTOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE E A EFICÁCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

Os medicamentos a serem adquiridos estão padronizados de acordo com a **relação nacional de medicamentos essenciais (RENAME)**, protocolos clínicos e diretrizes terapêutica do Ministério da Saúde, bem como a lista de medicamentos estabelecida pelo Município.

1.2 Os preços do DETENTOR DA ATA, constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento.

1.3 A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

1.4 Fica o DETENTOR DA ATA obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, cujo termo inicial será a contar do ATO HOMOLOGATÓRIO do certame, ocorrido em/...../..... seguido da data de sua publicação, permanecendo em vigor os mesmos preços e condições observados no PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº XX/2025-CCP/SEMSA/PMVJ.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES:

3.1 Integram o presente Registro de Preços à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI – SEMSA-FMS-PMVJ como ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa Vencedora:					
CNPJ:					
Endereço:					
Cidade:			Telefone:		
UF:			E-mail:		
DESCRIÇÃO DOS ITENS ADJUDICADOS E HOMOLOGADOS					
XXXXXXXXXXXXXXXXXX					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QUANT	VL. UNT	TOTAL

4.3 DO PAGAMENTO

4.3.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a contar da data de apresentação do Requerimento, Nota Fiscal, Recibos 2 (duas) vias, Certidões Negativas atualizadas (FGTS, INSS ou documento equivalente, SEFAZ, Prefeitura de Vitória do Jari, Receita Federal e Débitos Trabalhistas) e DAM (Documento de Arrecadação do Município de Vitória do Jari) devidamente pagos;

4.3.2 Os documentos deverão ser atestados por Comissão a ser constituída pelo órgão requisitante para o recebimento do objeto;

4.3.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pelo próprio DETENTOR DA ATA, obrigatoriamente com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ apresentado nos documentos da proposta e neste CONTRATO, não se admitindo Nota Fiscal/Fatura emitida com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

4.3.4 A fatura que for apresentada com erro será devolvida ao DETENTOR DA ATA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

4.3.5 Quando do pagamento será feita a verificação da regularidade do DETENTOR DA ATA, sendo que, estando a mesma em situação irregular, o pagamento será suspenso até a devida regularização, sem que tal situação venha caracterizar atraso.

4.3.6 Nenhum pagamento será realizado se constatada que as entregas estão em desacordo com o DETENTOR DA ATA.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

5.1 A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo pelas áreas competentes da Secretaria e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, sob as rubricas, e as dotações correspondentes para 2025.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO:

6.1 Durante a validade do registro, o DETENTOR DA ATA poderá ser convidada pelos órgãos integrantes a firmar contratações de fornecimento do objeto licitado.

6.2 A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão requisitante do objeto.

6.3 A recusa em assinar o contrato ou em receber a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento correspondente, implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando-se o contratado à aplicação das sanções previstas nesta Ata e no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº. XX/2025-CCP/SEMSA/PMVJ.

6.4 Os compromissos contratuais firmados entre as empresas vencedoras e os órgãos integrantes do Registro de Preços serão: o Edital e seus anexos, a documentação apresentada pelo Licitante, a Ata de Registro de Preços, a Autorização de Fornecimento - AF e a Nota de Empenho emitida em favor dele, independentemente de outras transcrições.

CLAUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DA ATA:

7.1 Esta Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na legislação.

CLAUSULA OITAVA - REVISÃO DE PREÇOS:

"Art. 142. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

VI – As condições para alteração de preços registrados;

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

IV – Atualização periódica dos preços registrados;"

8.1 Nas hipóteses previstas na Lei 14.133, de 01/04/2021, o órgão gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita pela Administração.

8.2 No caso de solicitação de revisão de preço por parte do DETENTOR DA ATA, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal.

8.3 Na ocasião do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior ao preço praticado no mercado o ORGÃO GERENCIADOR deverá: convocar o DETENTOR DA ATA visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, o DETENTOR DA ATA será liberada do compromisso assumido; e convocar o próximo mais bem classificado no certame PE (SRP) nº XX/2025-CCP/SEMSA/PMVJ, visando igual oportunidade de negociação. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o DETENTOR DA ATA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o ORGÃO GERENCIADOR poderá liberar o DETENTOR DA ATA do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido do produto; e convocar os demais DETENTORES DA ATA visando igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações, o GERENCIADOR DA ATA poderá proceder ao cancelamento do registro do DETENTOR DA ATA, quando for o caso, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.4 Sendo julgada procedente a revisão serão mantidos o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

8.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período, é vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços.

CLÁUSULA NONA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 Os Produtos deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Fornecimento ou Autorização de Fornecimento.

9.2 Local de Entrega:

9.2.1 Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio Público, Rua Pedro Ladislau, nº 3511, Bairro Prainha, Município de Vitória do Jari/AP – CEP 614924-000, ou outro endereço indicado pela Administração.

9.3 Condições do Produto

9.3.1 Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens originais, lacradas, íntegras e com identificação clara do fabricante, respeitando os prazos de validade e as normas da Vigilância Sanitária.

9.3.2 Produtos perecíveis devem ser transportados em veículos apropriados, com controle de temperatura e higiene adequado, conforme exigido.

9.4 Documentação Obrigatória

9.4.1 Manter registros e documentos que comprovem rastreabilidade dos medicamentos;

9.4.2 Nota fiscal emitida em nome da Prefeitura Municipal de Vitória do Jari/AP;

9.4.3 Fornecer relatórios periódicos de abastecimento e estoque, quando solicitado pela administração.

9.5 Responsabilidade pelo Transporte

9.5.1 O transporte até o local de entrega será de responsabilidade exclusiva da contratada, incluindo seguro contra perdas e danos durante o percurso.

9.6 Recebimento e Aceitação

9.6.1 Serão aceitos apenas produtos que estejam **em conformidade com as especificações técnicas** descrita no edital ou termo de referência, incluindo marca, tipo, peso, validade e condições de embalagem;

9.6.2 Produtos com **embalagem danificadas, violadas, com sinais de contaminação ou vencidos** serão recusados imediatamente, com registro em termo de não conformidade.

9.6.3 A aceitação será condicionada à **verificação física e documental** dos itens, realizada por servidor designado, com base em:

a) Nota Fiscal;

b) Certificados sanitários e de origem;

c) Laudos técnicos, quando exigidos;

9.6.4 Será exigido que os produtos possuem **validade mínima de 06 a 12 meses do prazo total de validade** no momento da entrega.

9.6.5 A contratada deverá realizar **reposição imediata (em até 24h)** de itens recusados, sem ônus adicional para a contratante.

CLAUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

10.1. O fornecedor vencedor da licitação deverá cumprir, de forma integral, as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato administrativo e na legislação vigente, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo o fiel cumprimento do objeto contratado. São obrigações do fornecedor:

10.2. Fornecimento do Bem conforme especificações

Entregar **os Medicamentos essenciais para atender as demandas da atenção básica, destinados a suprir as necessidades da rede municipal de saúde de Vitória do Jari/AP, incluindo Unidades Básicas de Saúde (UBS), farmácia central e demais estabelecimentos vinculados a Secretaria Municipal de Saúde, visando garantir a continuidade e a eficácia da assistência farmacêutica no âmbito do sistema único de saúde (sus).**

10.3. Garantia mínima obrigatória

Garantir, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos produtos, ou pelo prazo de validade indicado pelo fabricante, prevalecendo o que for maior.

10.4. Assistência Técnica

Manter assistência técnica permanente, prestando suporte à Secretária Municipal de Saúde quanto à qualidade, rastreabilidade, conservação, validade e regularidade sanitária dos medicamentos fornecidos, conforme regulamentado no contrato.

10.5. Substituição de produtos irregulares

Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da notificação formal emitida pela fiscalização contratual, sem ônus adicional à Administração.

10.6. Responsabilidade pelo transporte e entrega

Realizar a entrega dos produtos no local designado pela Secretaria Municipal de Saúde, arcando com todos os custos de transporte, seguro, impostos e tributos, até o recebimento definitivo.

10.7. Regularização documental dos produtos

Responsabilizar-se pela regularização completa dos documentos obrigatórios dos produtos, inclusive:

- Comprovante de registro do medicamento na ANVISA, conforme Lei Federal nº 6.360/1976 e RDC nº 471/2021;
- Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (CBPF) emitido pela ANVISA, quando aplicável;
- Laudos de controle de qualidade emitidos pelo fabricante ou distribuidor autorizado;
- Declaração de origem e rastreabilidade dos lotes, contendo número de lote, data de fabricação e validade;

10.8. Responsabilidade civil, trabalhista e tributária

Assumir integral responsabilidade por todos os encargos decorrentes da execução contratual, inclusive de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, civil e comercial, isentando a Administração Pública de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

10.9. Cumprimento da legislação vigente

Atuar em estrita conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2021, bem como com a Lei nº 6.360/1976, RDC nº 301/2019 e demais resoluções e normas sanitárias da ANVISA, Código de Defesa do Consumidor e legislação correlata aplicável ao setor Farmacêutico.

10.10. Penalidades por inadimplemento

Sujeitar-se, em caso de descumprimento das obrigações assumidas, às penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, conforme a gravidade da infração, incluindo advertência, multa, suspensão temporária, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR DA ATA

11.1. À Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, na qualidade de órgão contratante e demandante da presente aquisição, caberá o cumprimento das seguintes obrigações, indispensáveis à execução regular do contrato administrativo e à garantia da adequada entrega do objeto licitado:

11.2. Disponibilização de informações e condições para o cumprimento contratual

Disponibilizar ao fornecedor todas as informações necessárias à execução do objeto contratado, tais como endereço para entrega, local de recebimento dos veículos, dados da equipe de fiscalização e outros aspectos operacionais relevantes.

11.3. Fornecimento de estrutura mínima de apoio

Garantir o suporte necessário para que o recebimento dos bens ocorra de forma segura, organizada e documentada, incluindo espaço físico adequado para entrega e conferência dos produtos.

11.4. Pagamento ao contratado

Efetuar o pagamento ao fornecedor conforme as condições estabelecidas no contrato, após o recebimento definitivo dos bens e a devida apresentação da nota fiscal, desde que acompanhada da documentação exigida e do atesto do fiscal do contrato.

O prazo de pagamento observará o limite previsto na Lei nº 14.133/2021 (art. 141), ou outro que for estipulado expressamente no edital e no contrato.

11.5. Aplicação de sanções, quando cabíveis

Aplicar as penalidades previstas no edital e na legislação vigente, nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, atraso injustificado ou descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Comunicação formal

Manter comunicação por meios formais e institucionais com o contratado, utilizando e-mail corporativo, ofícios ou outros instrumentos oficiais para convocação, notificações, solicitações e recebimento de documentos.

11.7. Responsabilidade pelos recursos orçamentários

Garantir a disponibilidade orçamentária e financeira para a aquisição dos bens, emitindo empenho regularmente, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), a Lei nº 4.320/1964 e a Lei nº 14.133/2021.

11.8. Publicidade dos atos

Promover a publicação dos atos relacionados ao contrato, tais como: extrato da ata de registro de preços, contrato assinado, alterações, pagamentos, sanções e encerramento, em atenção ao princípio da transparência e às determinações dos arts. 174 e 175 da Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GERENCIAMENTO DA ATA

12.1 O gerenciamento compreende o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata e será exercido pelos GERENCIADORES DA ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CANCELAMENTO DE REGISTRO

13.1 O DETENTOR DA ATA terá seu registro cancelado pelo ORGÃO GERENCIADOR, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;*
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo máximo de 03 dias úteis, contados da comunicação efetivada pelo ORGÃO GERENCIADOR, sem justificativa aceitável;*
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àquele praticado no mercado;*
- d) estiver presentes razões de interesse público.*

PARAGRAFO PRIMEIRO. O DETENTOR DA ATA poderá requisitar, por escrito, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1 Caso o DETENTOR DA ATA convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas nesta ata e das demais cominações legais; Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial do contrato e o descumprimento de qualquer condição prevista neste Edital, o ORGÃO GERENCIADOR poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades:

E no Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

*§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.*

*§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do*

contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 14º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

O Foro da Comarca de Vitória do Jari, Estado do Amapá é o competente para dirimir eventuais questões resultantes desta Ata ou de sua interpretação, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

O ORGÃO GERENCIADOR cabe o direito de revogar esta Ata por interesse público, observando-se o disposto na Lei nº 14.133/21 e nesta Ata. Se qualquer das partes relevarem alguma eventual falta relacionada com a execução desta Ata, tal fato não significa liberação ou desoneração a quaisquer delas, para o cometimento de outras. Integra esta Ata, PROCESSO XX/2025-FMS-SEMSA/PMVJ- Edital de PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº XX/2025-CCP/SEMSA-FMS-PMVJ e a proposta do DETENTOR DA ATA para todos os fins de direito, independente de transcrição e seus anexos. Compete ao ORGÃO GERENCIADOR dirimir divergência, de qualquer natureza, entre os documentos integrantes desta Ata. E por estarem de perfeito acordo, firmam a presente Ata em 04 (quatro) vias, a qual lida e achada conforme, é assinada pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

As cláusulas aqui não expressas ou que estejam em desacordo com o edital deste Pregão Eletrônico, deverão ser consideradas em sua íntegra como estão descritos no Edital, este terá absoluta soberania sobre qualquer minuta expressa nos anexos.

Vitória do Jari/AP, dede 2025.

PAULO SERGIO PINHEIROS DIAS
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 08/2025-GAB/PMVJ

FRANCINUNES DE LIMA REPOLHO
Decreto nº 751/2025 - PMVJ
Coordenadoria - FMSVJ

Fornecedor 1
[inserir razão social da empresa]
[inserir representante legal da empresa]

TESTEMUNHAS:

CPF/MF n.º

CPF/MF n.º

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

- a) Em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 — que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos — este Termo de Referência tem por finalidade apresentar os elementos técnicos, justificativas e condições necessárias para a contratação pretendida, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e planejamento.
- b) A elaboração deste documento está fundamentada no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, que identificou a necessidade administrativa e avaliou as alternativas disponíveis, propondo a solução mais adequada para atender ao interesse público. O presente Termo de Referência detalha o objeto a ser contratado, os requisitos mínimos de qualidade e desempenho, os critérios de sustentabilidade, bem como os parâmetros de execução e fiscalização, conforme exigido pela legislação vigente.

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

- a) O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de medicamentos essenciais**, destinados a suprir as necessidades da **Rede Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP**, incluindo Unidades Básicas de Saúde (UBS), Farmácia Central e demais estabelecimentos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, visando garantir a continuidade e a eficácia da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- b) Os medicamentos a serem adquiridos estão padronizados de acordo com a **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME)**, protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde, bem como com a lista de medicamentos estabelecida pelo Município.

2.8 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1814/2025 – FMS/SEMSA/PMVJ

3. QUANTITATIVOS E MEDIA DE PREÇOS:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6000	Und	Aciclovir 200mg. Comprimido	R\$ 0,54	R\$ 3.220,00
2	80000	Und	Ácido acetilsalicílico 100mg. Comprimido	R\$ 0,10	R\$ 7.733,33
3	40000	Und	Ácido acetilsalicílico 500mg. Comprimido	R\$ 0,46	R\$ 18.400,00
4	80000	Und	Ácido ascórbico 500mg. Comprimido	R\$ 0,27	R\$ 21.333,33
5	90000	Und	Ácido fólico 5mg. Comprimido	R\$ 0,10	R\$ 9.000,00
6	15000	Und	Albendazol 400mg. Comprimido mastigável	R\$ 0,89	R\$ 13.350,00

7	90000	Und	Amoxicilina 500mg. Cápsula	R\$	0,61	R\$	54.600,00
8	15000	Und	Amoxicilina + Clavulanato de Potássio 500+125mg. Comprimido	R\$	4,73	R\$	70.950,00
9	12000	Und	Ampicilina 500mg. Comprimido	R\$	1,01	R\$	12.120,00
10	15000	Und	Anlodipino 10mg. Comprimido	R\$	0,21	R\$	3.150,00
11	15000	Und	Anlodipino 5mg. Comprimido	R\$	0,09	R\$	1.300,00
12	15000	Und	Atenolol 100mg. Comprimido	R\$	0,31	R\$	4.650,00
13	15000	Und	Atenolol 50mg. Comprimido	R\$	0,16	R\$	2.350,00
14	15000	Und	Atenolol 25mg. Comprimido	R\$	0,09	R\$	1.300,00
15	70000	Und	Azitromicina 500mg. Comprimido	R\$	1,79	R\$	125.300,00
16	40000	Und	Butilbrometo de escopolamina + dipirona 10mg + 250mg.	R\$	0,54	R\$	21.466,67
17	40000	Und	Captopril 50mg. Comprimido	R\$	0,13	R\$	5.066,67
18	60000	Und	Captopril 25mg. Comprimido	R\$	0,09	R\$	5.200,00
19	10000	Und	Carvedilol 3,125mg.	R\$	0,20	R\$	1.966,67
20	10000	Und	Carvedilol 6,25mg.	R\$	0,25	R\$	2.466,67
21	10000	Und	Clopidogrel 7mg.	R\$	2,05	R\$	20.500,00
22	90000	Und	Cefalexina 500mg. Cápsula	R\$	1,54	R\$	138.300,00
23	15000	Und	Cetoconazol 200mg. Comprimido	R\$	0,52	R\$	7.750,00
24	35000	Und	Cimetina 200mg. Comprimido	R\$	0,29	R\$	10.150,00
25	60000	Und	Cloridrato de Ciprofloxacino 500mg. Comprimido revestido	R\$	0,43	R\$	25.600,00
26	40000	Und	Cloridrato de Metformina 500mg. Comprimido	R\$	0,27	R\$	10.666,67
27	90000	Und	Cloridrato de Metformina 850mg. Comprimido	R\$	0,30	R\$	27.000,00
28	30000	Und	Cloridrato de Metoclopramida 10mg. Comprimido	R\$	0,14	R\$	4.200,00
29	1500	Und	Cloridrato de Prometazina 25mg. Comprimido	R\$	0,38	R\$	565,00
30	25000	Und	Cloridrato de Propranolol 40mg. Comprimido	R\$	0,10	R\$	2.416,67
31	8000	Und	Digoxina 0,25mg. Comprimido	R\$	0,44	R\$	3.493,33
32	80000	Und	Dipirona sódica 500mg. Comprimido	R\$	0,29	R\$	23.200,00
33	80000	Und	Diclofenaco de sódio 50mg. Comprimido	R\$	0,13	R\$	10.133,33
34	12000	Und	Fluconazol 150mg. Cápsula	R\$	1,11	R\$	13.320,00
35	25000	Und	Furosemida 40mg. Comprimido	R\$	0,11	R\$	2.750,00

36	100000	Und	Glibenclamida 5mg. Comprimido	R\$	0,08	R\$	8.000,00
37	50000	Und	Hidroclorotiazida 25mg. Comprimido	R\$	0,07	R\$	3.500,00
38	90000	Und	Hidroclorotiazida 50mg. Comprimido	R\$	0,17	R\$	15.000,00
39	50000	Und	Ibuprofeno 300mg. Comprimido	R\$	0,25	R\$	12.500,00
40	70000	Und	Ibuprofeno 600mg. Comprimido	R\$	0,32	R\$	22.166,67
41	15000	Und	Ivermectina 6mg. Comprimido	R\$	0,99	R\$	14.800,00
42	180000	Und	Losartana potássica 100mg. Comprimido	R\$	0,53	R\$	94.800,00
43	70000	Und	Losartana potássica 50mg. Comprimido	R\$	0,11	R\$	7.466,67
44	8000	Und	Maleato de Enalapril 5mg. Comprimido	R\$	0,11	R\$	880,00
45	20000	Und	Maleato de Enalapril 20mg. Comprimido	R\$	0,13	R\$	2.600,00
46	15000	Und	Maleato de Enalapril 10mg. Comprimido	R\$	0,10	R\$	1.450,00
47	10000	Und	Mebendazol 100mg. Comprimido	R\$	0,60	R\$	5.966,67
48	8000	Und	Metildopa 500mg. Comprimido	R\$	2,51	R\$	20.080,00
49	6000	Und	Metildopa 250mg. Comprimido	R\$	1,26	R\$	7.540,00
50	40000	Und	Metronidazol 250mg. Comprimido	R\$	0,37	R\$	14.666,67
51	15000	Und	Nifedipino 10mg. Comprimido	R\$	0,24	R\$	3.550,00
52	20000	Und	Nifedipino 20mg. Comprimido	R\$	0,41	R\$	8.133,33
53	90000	Und	Nimesulida 100mg. Comprimido	R\$	0,20	R\$	17.700,00
54	15000	Und	Nitrofurantoína 100mg. Comprimido	R\$	1,05	R\$	15.750,00
55	50000	Und	Omeprazol 20mg. Cápsula	R\$	0,17	R\$	8.500,00
56	60000	Und	Paracetamol 500mg. Comprimido	R\$	0,18	R\$	10.600,00
57	10000	Und	Prednisona 5mg. Comprimido revestido	R\$	0,14	R\$	1.366,67
58	25000	Und	Prednisona 20mg. Comprimido revestido	R\$	0,44	R\$	10.916,67
59	20000	Und	Secnidazol 1000mg. Comprimido	R\$	2,43	R\$	48.533,33
60	35000	Und	Sinvastatina 20mg. Comprimido	R\$	0,19	R\$	6.650,00
61	20000	Und	Sinvastatina 40mg. Comprimido	R\$	0,30	R\$	5.933,33
62	45000	Und	Sulfametoxazol + trimetoprima. Comprimido	R\$	0,36	R\$	16.050,00

63	40000	Und	Sulfato ferroso 10mg. Comprimido	R\$	0,14	R\$	5.600,00
MEDICAMENTOS INJETAVEIS							
64	3000	Und	Acetato de dexametasona 8mg/mL. Solução injetável 2ml	R\$	3,03	R\$	9.090,00
65	5000	Und	Ácido ascórbico 500mg. Injetável 5ml	R\$	2,14	R\$	10.700,00
66	600	Und	Ácido tranexâmico 50mg/mL. Solução injetável	R\$	8,87	R\$	5.320,00
67	4000	Und	Água para injeção 10ml	R\$	0,61	R\$	2.426,67
68	400	Und	Água para injeção 500ml	R\$	13,62	R\$	5.448,00
69	2500	Und	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI.	R\$	16,67	R\$	41.675,00
70	2500	Und	Benzilpenicilina benzatina 600.000 UI.	R\$	20,60	R\$	51.491,67
71	2000	Und	Butilbrometo de escopolamina 20mg/mL - injetável	R\$	3,02	R\$	6.040,00
72	2400	Und	Butilbrometo de escopolamina + dipirona 4mg + 500mg/5ml. Solução injetável	R\$	3,78	R\$	9.072,00
73	1500	Und	Ceftriaxona 1g. Pó intravenosa - suspensão injetável	R\$	9,10	R\$	13.650,00
74	1000	Und	Ceftriaxona sódica 1g. Pó intramuscular - solução injetável	R\$	9,95	R\$	9.946,67
75	1000	Und	Cloridrato de Lidocaína 2% (20mg/mL) de 20mL sem vaso	R\$	10,90	R\$	10.900,00
76	2500	Und	Cloridrato de Metoclopramida 5mg/mL. Solução injetável	R\$	1,66	R\$	4.150,00
77	1000	Und	Cloridrato de Prometazina 25mg/mL. Solução injetável	R\$	7,58	R\$	7.576,67
78	2500	Und	Diclofenaco solução injetável 25mg	R\$	2,03	R\$	5.066,67
79	3000	Und	Dipirona sódica 500mg/mL. Injetável	R\$	2,32	R\$	6.960,00
80	800	Und	Fitomenadiona (Vitamina K) 10mg/mL. Solução injetável	R\$	7,18	R\$	5.744,00
81	1000	Und	Furosemida 10mg/mL. Solução injetável	R\$	1,96	R\$	1.960,00
82	2000	Und	Glicose 100mg/mL - 25% Solução injetável	R\$	1,21	R\$	2.420,00
83	2000	Und	Glicose 100mg/mL - 50% Solução injetável	R\$	1,21	R\$	2.420,00
84	1000	Und	Succinato sódico de Hidrocortisona 100mg. Pó susp. Injetável	R\$	8,05	R\$	8.050,00

85	1000	Und	Succinato sódico de Hidrocortisona 500mg. Pó susp. Injetável	R\$ 13,10	R\$ 13.096,67
86	600	Und	Sulfato de Gentamicina 40mg/2mL. Solução injetável	R\$ 2,24	R\$ 1.344,00
87	600	Und	Sulfato de Gentamicina 80mg/2mL. Solução injetável	R\$ 2,44	R\$ 1.464,00
88	5000	Und	Vitaminas do Complexo B – Associação injetável	R\$ 2,23	R\$ 11.150,00
MEDICAMENTOS – SOROS					
89	10	Cx	Água destilada 500ml – 24 unidades (caixa)	R\$ 326,28	R\$ 3.262,80
90	40	Cx	Cloreto de sódio 0,9% 250ml – caixa c/ 24 unidades	R\$ 165,06	R\$ 6.602,40
91	45	Cx	Cloreto de sódio 0,9% 100ml – cx c/100 unidades	R\$ 656,50	R\$ 29.542,50
92	30	Cx	Cloreto de sódio 0,9% 500ml – cx c/24 unidades	R\$ 280,17	R\$ 8.405,00
93	30	Cx	Soro glicosado 5% 500ml – cx c/24 unidades	R\$ 346,74	R\$ 10.402,20
94	25	Cx	Soro glicofisiológico 250ml – cx c/48 unidades	R\$ 524,68	R\$ 13.117,00
95	25	Cx	Soro Ringer simples 500ml – cx c/24 unidades	R\$ 301,20	R\$ 7.530,00
96	25	Cx	Soro Ringer c/ lactato 500ml – cx c/24 unidades	R\$ 295,80	R\$ 7.395,00
97	25	Cx	Soro Ringer simples 500ml – cx c/24 unidades	R\$ 301,20	R\$ 7.530,00
MEDICAMENTOS SUPENSAO					
98	3000	Und	Acebrofilina 10mg/mL adulto – xarope	R\$ 19,69	R\$ 59.060,00
99	3000	Und	Acebrofilina 5mg/mL pediátrico – xarope	R\$ 17,04	R\$ 51.110,00
100	3500	Und	Acetilcisteína 20mg/mL pediátrico – xarope	R\$ 11,68	R\$ 40.868,33
101	3500	Und	Acetilcisteína 40mg/mL adulto – xarope	R\$ 10,86	R\$ 38.010,00
102	4000	Und	Albendazol 40mg/mL – suspensão oral 10ml	R\$ 2,69	R\$ 10.760,00
103	4000	Und	Ambroxol adulto 30mg/5mL – xarope	R\$ 5,38	R\$ 21.506,67
104	4000	Und	Ambroxol pediátrico 15mg/5mL – xarope	R\$ 5,26	R\$ 21.026,67
105	5000	Und	Amoxicilina 50mg/mL – pó p/ suspensão oral	R\$ 7,81	R\$ 39.033,33
106	3000	Und	Amoxicilina + Clavulanato 50mg + 12,5mg/mL	R\$ 37,99	R\$ 113.970,00
107	4000	Und	Azitromicina 40mg/mL – pó p/ suspensão oral	R\$ 13,97	R\$ 55.866,67
108	2500	Und	Benzoato de Benzila 100mg/80g	R\$ 14,97	R\$ 37.425,00
109	2500	Und	Carbocisteína 20mg/mL pediátrico – xarope	R\$ 7,02	R\$ 17.541,67
110	2500	Und	Carbocisteína 50mg/mL adulto – xarope	R\$ 9,03	R\$ 22.566,67
111	3500	Und	Cefalexina 50mg/mL – suspensão oral	R\$ 24,38	R\$ 85.318,33
112	2500	Und	Cloridrato de Metoclopramida 4mg/mL – solução oral	R\$ 3,81	R\$ 9.516,67
113	3500	Und	Complexo B – suspensão oral	R\$ 7,35	R\$ 25.725,00

114	4000	Und	Dexametasona 0,1mg/mL – elixir	R\$	5,45	R\$	21.800,00
115	5000	Und	Dipirona sódica 500mg/mL – solução oral	R\$	2,81	R\$	14.050,00
116	2500	Und	Fosfato dissódico de prednisolona 3mg/mL – solução oral	R\$	10,04	R\$	25.091,67
117	5000	Und	Hidróxido de alumínio 61,5mg/mL – suspensão oral	R\$	4,96	R\$	24.783,33
118	5000	Und	Ibuprofeno 50mg/mL – solução oral	R\$	3,98	R\$	19.900,00
119	3000	Und	Loratadina 1mg/mL – xarope	R\$	7,07	R\$	21.210,00
120	3000	Und	Maleato de dexclorfeniramina 0,4mg/mL – xarope	R\$	3,82	R\$	11.450,00
121	1500	Und	Mebendazol 20mg/mL – solução oral	R\$	4,02	R\$	6.030,00
122	4000	Und	Metronidazol – suspensão 40mg/mL	R\$	13,18	R\$	52.706,67
123	5000	Und	Nimesulida 50mg/mL – gotas	R\$	3,44	R\$	17.200,00
124	2500	Und	Nistatina 100.000UI – suspensão oral	R\$	9,50	R\$	23.750,00
125	2000	Und	Óleo mineral 100ml	R\$	6,24	R\$	12.473,33
126	5000	Und	Paracetamol 200mg/mL – solução oral	R\$	2,38	R\$	11.883,33
127	2000	Und	Pasta d'água	R\$	13,39	R\$	26.780,00
128	3000	Und	Polivitamínico de A a Z	R\$	7,40	R\$	22.190,00
129	800	Und	Sais para reidratação oral – pó (envelopes)	R\$	1,88	R\$	1.504,00
130	1500	Und	Simeticona gotas 75mg/mL – solução oral	R\$	2,83	R\$	4.240,00
131	2500	Und	Secnidazol 30mg/mL – solução oral	R\$	39,50	R\$	98.750,00
132	4000	Und	Sulfametoxazol + Trimetoprima 40+8mg/mL – suspensão oral	R\$	12,21	R\$	48.840,00
133	1200	Und	Salbutamol aerossol 200mcg/dose	R\$	30,51	R\$	36.612,00
134	4000	Und	Sulfato de Salbutamol 0,4mg/mL – solução oral	R\$	4,23	R\$	16.906,67
135	2500	Und	Sulfato ferroso 5mg/mL – xarope	R\$	6,10	R\$	15.241,67
136	6000	Und	Vitamina C – suspensão	R\$	2,54	R\$	15.240,00
MEDICAMENTOS CREMES E POMADA E GEL							
137	600	Und	Aciclovir 50mg/g – creme 50g bisnaga	R\$	5,73	R\$	3.438,00
138	3800	Und	Cetoconazol 20mg – bisnaga	R\$	6,72	R\$	25.523,33
139	50	Und	Cloridrato de Lidocaína 20mg/g (2%) – gel bisnaga	R\$	9,48	R\$	473,83
140	400	Und	Cloranfenicol pomada 0,6UI/g + 0,01g/g Kollagenase – bisnaga	R\$	79,00	R\$	31.600,00
141	3800	Und	Dexametasona 0,1% – creme bisnaga	R\$	3,53	R\$	13.401,33
142	2500	Und	Metronidazol + Nistatina 100mg/g + 20.000UI/g – creme vaginal	R\$	25,10	R\$	62.750,00
143	2500	Und	Metronidazol 100mg/g – gel vaginal	R\$	11,69	R\$	29.216,67

144	3800	Und	Neomicina + Bacitracina 5mg/250UI/g – pomada bisnaga	R\$	4,52	R\$	17.163,33
145	2500	Und	Nistatina – creme vaginal 50g bisnaga	R\$	11,38	R\$	28.441,67
146	2500	Und	Nitrato de Miconazol 2% (20mg) 30g – creme	R\$	5,84	R\$	14.591,67
147	2500	Und	Nitrato de Miconazol 2% (20mg) 80g – creme vaginal	R\$	17,37	R\$	43.425,00
148	1000	Und	Permetrina 10mg/g (5%) – loção bisnaga	R\$	6,84	R\$	6.836,67
149	800	Und	Sulfadiazina de prata 1% (10mg/g) – creme bisnaga	R\$	9,72	R\$	7.773,33
MEDICAMENTOS SHAPOO, COLIRIO EMULSÃO PASTA OLEO LOÇÃO, SUPORITORIO ELIXIR E OUTROS							
150	50	Und	Lidocaína gel 30g	R\$	9,48	R\$	473,83
151	200	Und	Brometo de Ipratrópio 0,31mg/mL	R\$	2,54	R\$	508,00
152	2500	Und	Óleo de girassol	R\$	32,50	R\$	81.250,00
MEDICAMENTOS CONTROLADOS							
153	2000	Und	Alprazolam 2mg – comprimido	R\$	0,99	R\$	1.980,00
154	2000	Und	Bromazepam 3mg – comprimido	R\$	0,32	R\$	633,33
155	2000	Und	Bromazepam 6mg – comprimido	R\$	0,99	R\$	1.980,00
156	3500	Und	Diazepam 5mg – comprimido	R\$	0,21	R\$	735,00
157	3500	Und	Diazepam 10mg – comprimido	R\$	0,21	R\$	735,00
158	2000	Und	Clonazepam 2,5mg – comprimido	R\$	4,98	R\$	9.953,33
159	4000	Und	Clonazepam 2mg/mL – solução oral	R\$	7,90	R\$	31.600,00
MEDICAMENTOS CONTROLADOS - ANTIPSICOTICOS							
160	2000	Und	Haloperidol 2mg/mL – suspensão oral	R\$	8,45	R\$	16.900,00
161	8000	Und	Hemifumarato de Quetiapina 25mg – comprimido	R\$	0,99	R\$	7.920,00
162	2500	Und	Risperidona 1mg – comprimido	R\$	0,41	R\$	1.025,00
163	800	Und	Risperidona 1mg/mL – solução oral	R\$	27,60	R\$	22.080,00
164	3000	Und	Risperidona 2mg – comprimido	R\$	0,41	R\$	1.220,00
165	1500	Und	Risperidona 3mg – comprimido	R\$	0,59	R\$	885,00
166	1500	Und	Clorpromazina 25mg – comprimido	R\$	0,81	R\$	1.215,00
167	1500	Und	Clorpromazina 100mg – comprimido	R\$	0,99	R\$	1.485,00
168	1500	Und	Levomepromazina 25mg – comprimido	R\$	0,98	R\$	1.465,00
169	1500	Und	Levomepromazina 100mg – comprimido	R\$	1,44	R\$	2.155,00
MEDICAMENTOS ANTIDEPRESSIVOS							
170	24000	Und	Cloridrato de Amitriptilina 25mg – comprimido	R\$	0,19	R\$	4.560,00
171	25000	Und	Cloridrato de Fluoxetina 20mg – comprimido	R\$	0,21	R\$	5.166,67
172	6000	Und	Cloridrato de Paroxetina 200mg – comprimido	R\$	0,82	R\$	4.900,00
173	6000	Und	Cloridrato de Sertralina 50mg – comprimido	R\$	0,32	R\$	1.900,00

174	6000	Und	Pregabalina 75mg – cápsula/comprimido	R\$	0,90	R\$	5.380,00
MEDICAMENTOS CONTROLADOS - ANTICONVULSSIVANTES							
175	1800	Und	Carbamazepina 20mg – suspensão oral	R\$	29,65	R\$	53.370,00
176	25000	Und	Carbamazepina 200mg – comprimido	R\$	0,64	R\$	16.000,00
177	1500	Und	Carbamazepina 400mg – comprimido	R\$	1,53	R\$	2.290,00
178	10000	Und	Fenobarbital 100mg – comprimido	R\$	0,79	R\$	7.900,00
179	400	Und	Fenobarbital 40mg/mL – solução oral	R\$	18,50	R\$	7.400,00
180	1500	Und	Fenitoína 100mg – comprimido	R\$	0,34	R\$	510,00
181	3000	Und	Ácido Valproico (Valproato de Sódio) 500mg – comprimido	R\$	2,85	R\$	8.550,00
182	3000	Und	Ácido Valproico (Valproato de Sódio) 250mg – comprimido	R\$	1,23	R\$	3.680,00
183	800	Und	Valproato de Sódio – suspensão 250mg/mL	R\$	21,88	R\$	17.501,33
ESTABILIZADOR DE HUMOR							
184	3000	Und	Carbonato de Lítio 300mg – comprimido	R\$	0,63	R\$	1.880,00
185	1000	Und	Codeína 30mg – comprimido	R\$	4,05	R\$	4.050,00
186	2500	Und	Tramadol 50mg – comprimido	R\$	0,63	R\$	1.566,67
187	2000	Und	Metilfenidato 10mg – comprimido	R\$	2,05	R\$	4.100,00
188	1000	Und	Carbidopa + Levodopa 25mg + 250mg – comprimido	R\$	2,18	R\$	2.176,67
189	1000	Und	Levodopa + Benserazida – comprimido	R\$	2,58	R\$	2.576,67
190	1000	Und	Dicloridrato de Pramipexol 0,750mg – comprimido	R\$	3,58	R\$	3.576,67
TOTAL GERAL						R\$	3.241.786,07

4. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS:

- a) A estimativa do preço baseou-se em valores repassados pelo setor privado, por meio de orçamentos, realizou-se média aritmética simples entre os três orçamentos para chegar ao valor estimado para aquisição.

b) PREÇOS REFERENCIAIS:

EMPRESA 01	EMPRESA 02	EMPRESA 03	MÉDIA DE PREÇO
R\$ 3.326.630,00	R\$ 3.156.376,70	R\$ 3.242.351,50	R\$ 3.241.786,07

5. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO:

- a) A contratação de medicamentos para a Rede Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP é **essencial** para

garantir o atendimento contínuo e eficaz da população, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). A ausência ou insuficiência de medicamentos compromete diretamente a prestação dos serviços de saúde, podendo gerar:

- b) Interrupção de tratamentos e agravamento de condições clínicas;
- c) Necessidade de atendimentos emergenciais e hospitalares;
- d) Judicialização da saúde por parte de pacientes;
- e) Desperdício de recursos públicos em razão da falta de planejamento e controle de estoque.
- f) Além disso, a contratação se justifica pelo:
- g) **Planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Saúde**, atendendo às metas do Plano Municipal de Saúde;
- h) **Garantia de abastecimento contínuo**, evitando desabastecimentos e atendendo à demanda real das unidades de saúde;
- i) **Economia e eficiência**, ao utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição parcelada, que possibilita negociações de melhores preços e condições de entrega;
- j) **Segurança e qualidade**, garantindo medicamentos registrados na ANVISA e em conformidade com protocolos clínicos e a RENAME.

6. FUNDAMENTAÇÃO EM LEI PARA CONTRATAÇÃO:

- a) A presente contratação de medicamentos para a Rede Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP está amparada nas seguintes normas legais e regulamentares:
- b) **Lei Federal nº 14.133/2021** – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que dispõe sobre normas gerais de licitação e contratação no âmbito da Administração Pública;
- c) **Lei Federal nº 8.080/1990** – Lei Orgânica da Saúde, que regulamenta as ações e serviços de saúde no Brasil;
- d) **Lei Federal nº 8.142/1990** – Estabelece a participação da comunidade na gestão do SUS e a transferência de recursos financeiros;
- e) **Portaria GM/MS nº 1.555/2013** – Programa Nacional de Assistência Farmacêutica;
- f) **RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais)** – Diretriz nacional para padronização de medicamentos;
- g) **RDC nº 471/2021 da ANVISA** – Estabelece normas sobre medicamentos, controle sanitário e rastreabilidade;
- h) **Decreto Federal nº 10.024/2019** – Regulamenta a modalidade Pregão Eletrônico;
- i) **Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022** – Dispõe sobre elaboração de Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e Termos de Referência;
- j) **Lei Complementar nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, garantindo planejamento orçamentário

adequado.

k) Decisão:

- l) A contratação está **estritamente amparada legalmente**, atendendo aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento e transparência previstos na legislação vigente, garantindo segurança jurídica ao processo licitatório e à execução contratual.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR:

- j) **Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:**

k) Habilitação jurídica

- l) - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- m) - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- n) - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- o) - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- p) - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- q) - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- r) - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- s) - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- t) - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- u) A licitante deverá solicitar à Comissão de Licitação, junto à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vitória do Jari, a emissão de declaração de “nada consta”, comprovando a inexistência de pendências ou impedimentos que possam obstar sua participação no certame, conforme exigências legais e regulamentos aplicáveis à licitação em questão.

A solicitação poderá ser realizada por meio do e-mail oficial da Comissão de Licitação:
cplsemsa@outlook.com

v) Habilitação fiscal, social e trabalhista.

- a. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b. - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e. - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f. - Prova de regularidade com a Fazenda Distrital e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g. - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h. - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

w) Qualificação Econômico-Financeira

- a. - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- b. - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- c. - Balanço Patrimonial, juntamente com as Demonstrações Contábeis: DRE, DMPL, dos dois últimos exercícios social exigível, apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente. Acompanhados da cópia do termo de abertura e encerramento do livro diário, onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, acompanhado de cópia da Carteira de Identidade Profissional do contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, Certidão de Habilitação Profissional e Certidão Negativa de Débitos (CND) emitidas pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), CERTIFICANDO que o(a) profissional encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil, de

acordo com a Resolução nº 1.637/2021- CFC; certidão simplificada; certidão específica e certidão específica de participação societária de arquivamento emitidas pela Junta Comercial, bem como as notas explicativas em conformidade com o NBC TG nº 1000 do (CPC PME); já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

x) $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$

a. $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

y) $SG = \frac{\text{Ativo Total}}$

a. $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

z) $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}$

a. $\frac{\text{Passivo Circulante}}$

b. - Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

c. - Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

d. - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

e. - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

f. - O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

g. - Declaração de idoneidade, perante a secretaria Municipal de Saúde, do Município de Vitória do Jari/AP.

aa) Qualificação Técnica

a. - Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

i. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico e representante legal do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

b. - Registro/Inscrição e/ou certidão de regularidade da pessoa jurídica indicando o responsável técnico, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia do Amapá, em plena validade;

c. - Declaração do Conselho Regional de Farmácia do Amapá, onde se comprova que a empresa está inscrita no conselho de classe, de acordo com as exigências da Lei nº 5991/73.

d. - Comprovação de que licitante possui, em seu quadro de pessoal, na data da licitação, Responsável Técnico

legalmente habilitado e com registro Conselho Regional de Farmácia do Amapá, em plena validade;

- e. - A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:
- Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;*
 - Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição;*
 - Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços;*

bb) Técnico-Operacional

- a. - A licitante deve apresentar certidões ou atestado(s) de capacidade técnica, comprovando ter executado, serviços de características compatíveis com o objeto desta licitação, em nome da própria Licitante, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*
 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.*
 - Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.*
 - Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.*
 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*
- cc) - Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório e depósito para acondicionamento do medicamento, no município de Vitória do Jari/AP, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.
- dd) - Apresentar portfólio de armazenagem, distribuição e dispensação de medicamentos, visando o programa e procedimentos de boas práticas.
- ee) - Alvará de licença/funcionamento;
- ff) - Alvará de vistoria/certificação, emitido pelo corpo de bombeiros militar;
- gg) - Alvará Emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária, do município ou estado da sede do licitante;

- hh) **Critério de Julgamento:** menor preço por item ou lote, considerando as especificações técnicas, qualidade, validade mínima e condições de entrega;
- ii) **Condições de Entrega:** cumprimento de prazos, transporte adequado e embalagem conforme legislação sanitária;
- jj) **Condições Contratuais:** aceitação das cláusulas de garantia, sanções por descumprimento e possibilidade de fornecimento parcelado conforme requisitos.

kk) **Decisão:**

ll) A forma de seleção **Pregão Eletrônico com SRP** é a mais adequada para esta contratação, pois permite:

mm) Atendimento da demanda de forma parcelada e contínua;

nn) Competitividade entre fornecedores, garantindo melhor preço e condições;

oo) Transparência e segurança jurídica;

pp) Flexibilidade para atender situações emergenciais sem comprometer o planejamento orçamentário.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

a) A solução proposta consiste na **contratação de empresa(s) para fornecimento contínuo de medicamentos** destinados à Rede Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP, de acordo com as necessidades das unidades de saúde, Farmácia Central e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. Esta solução contempla os seguintes aspectos legais, técnicos e operacionais:

b) Modalidade de Aquisição:

c) **Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP)**, garantindo flexibilidade para aquisição parcelada, celeridade e economia de escala.

d) Abrangência do Fornecimento:

e) Medicamentos sólidos (comprimidos, cápsulas);

f) Soluções e suspensões orais;

g) Injetáveis e ampolas;

h) Cremes, pomadas, géis, shampoos, colírios e outros produtos farmacêuticos;

i) Medicamentos controlados (benzodiazepínicos, antipsicóticos, antidepressivos, anticonvulsivantes, estabilizantes de humor).

j) Critérios de Qualidade e Segurança:

k) Registro válido na ANVISA para todos os medicamentos;

l) Validade mínima de 12 meses a partir da entrega;

m) Cumprimento das normas da RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais);

n) Embalagem inviolável e rotulagem adequada;

o) Transporte e armazenamento conforme normas sanitárias e regulatórias;

p) Laudos de controle de qualidade, quando exigidos.

q) Entrega e Logística:

r) Entregas **parceladas**, de acordo com requisições mensais ou eventuais emergências;

s) Local de entrega: Central de Abastecimento Farmacêutico ou unidades definidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

t) Prazo máximo de entrega: até **10 dias úteis** após requisição;

u) Sistema de acompanhamento de estoque para prevenir rupturas e desperdícios.

v) **Integração com Outras Contratações:**

w) Transporte e logística de medicamentos;

x) Insumos correlatos (seringas, EPIs, materiais hospitalares);

y) Manutenção de equipamentos de armazenamento (geladeiras, câmaras frias);

z) Sistema informatizado de controle de estoque.

aa) **Decisão:**

bb) A contratação de fornecimento de medicamentos por meio de **Pregão Eletrônico com SRP**, conforme descrito, é a solução mais adequada para atender à demanda da Rede Municipal de Saúde, garantindo **continuidade do abastecimento, segurança dos pacientes, economicidade, qualidade e eficiência operacional**.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) As obrigações da contratada devem assegurar o cumprimento integral do objeto, atendendo aos requisitos técnicos, legais e logísticos estabelecidos neste Termo de Referência, conforme Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas da ANVISA.

b) **Obrigações gerais:**

c) **Fornecimento de Medicamentos:**

d) Entregar todos os medicamentos conforme especificações, quantidades e prazos definidos;

e) Garantir validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega;

f) Fornecer produtos registrados na ANVISA e em conformidade com a RENAME.

g) **Qualidade e Segurança:**

h) Manter controle rigoroso da qualidade dos medicamentos;

i) Fornecer laudos ou certificados de análise quando exigido;

j) Garantir acondicionamento, transporte e armazenamento adequados, respeitando normas sanitárias e regulatórias.

k) **Entrega e Logística:**

l) Efetuar entregas conforme cronograma da Secretaria Municipal de Saúde;

m) Substituir medicamentos com defeito ou fora das especificações;

n) Disponibilizar transporte adequado, garantindo integridade do produto até o destino final.

o) **Documentação e Registro:**

p) Emitir nota fiscal eletrônica correspondente a cada entrega;

q) Manter registros e documentos que comprovem rastreabilidade dos medicamentos;

r) Fornecer relatórios periódicos de abastecimento e estoque, quando solicitado pela Administração.

s) **Atendimento a Fiscalizações:**

- t) Permitir fiscalização pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde;
- u) Cumprir imediatamente notificações relativas a irregularidades na entrega ou qualidade dos medicamentos.

v) **Responsabilidade Legal e Ambiental:**

- w) Cumprir a legislação vigente, incluindo normas sanitárias e ambientais;
- x) Dar destino adequado a embalagens e resíduos, conforme RDC ANVISA nº 222/2018;
- y) Assumir responsabilidade por quaisquer danos causados pela entrega de produtos fora de especificação ou vencidos.

z) **Decisão:** A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações descritas, garantindo **entregas seguras, medicamentos de qualidade, rastreabilidade, transparência e conformidade legal**, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

a. A contratante, representada pelo órgão público responsável, deverá cumprir as seguintes obrigações, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis:

b. **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

- i. Designar servidor ou comissão responsável pelo **acompanhamento, fiscalização e recebimento dos produtos**, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- ii. Emitir **relatórios de conformidade** e registrar ocorrências que possam impactar a execução contratual.

c. **PLANEJAMENTO E CRONOGRAMA**

- i. Informar à contratada, com antecedência mínima de 48h, o **cronograma de entregas**, locais e horários.
- ii. Disponibilizar acesso às unidades de saúde para recebimento dos produtos.

d. **PAGAMENTO:**

- i. Efetuar o pagamento conforme previsto no contrato, mediante apresentação da **nota fiscal**, atestada pela fiscalização.
- ii. Observar os prazos legais para liquidação e empenho, conforme a **dotação orçamentária vigente**.

e. **DOCUMENTAÇÃO E REGULARIDADE:**

- i. Garantir que o contrato esteja respaldado por processo administrativo regular, com **publicação oficial** e registro no sistema de compras públicas.
- ii. Manter arquivados os documentos comprobatórios da contratação, incluindo parecer jurídico, termo de referência e ata de julgamento.

f. **RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL:**

- i. Responder por eventuais omissões ou falhas administrativas que comprometam a execução contratual.

- ii. Adotar medidas corretivas em caso de descumprimento por parte da contratada, inclusive aplicação de sanções previstas nos ART. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021.

11. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

- a. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração Pública, devidamente designados, conforme previsto no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o princípio da segregação de funções.
- b. **GESTÃO DO CONTRATO /OU ATA DE REGISTRO DE PREÇO: DIRETORA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS:**
- i. Compete à gestora do contrato:
- b) **Coordenar a gestão administrativa** do contrato, garantindo o cumprimento das cláusulas pactuadas.
- c) **Planejar e supervisionar** os atos preparatórios e operacionais relacionados à execução contratual.
- d) **Monitorar o cronograma físico-financeiro**, assegurando que os pagamentos estejam vinculados à efetiva prestação dos serviços.
- e) **Solicitar ajustes, prorrogações, aditivos e alterações contratuais**, quando necessário, com base em justificativas técnicas e legais.
- f) **Encaminhar à autoridade competente** os relatórios de execução, pareceres técnicos e eventuais recomendações do fiscal.
- g) **Avaliar e propor sanções administrativas**, quando houver descumprimento contratual, observando o contraditório e a ampla defesa.
- h) **Manter comunicação direta com o fiscal do contrato**, promovendo reuniões periódicas para alinhamento e resolução de pendências.
- i) **Validar os processos de pagamento**, após análise técnica e administrativa dos serviços prestados.
- a. **FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/ OU CONTRATO: DIRETORA ADMINISTRATIVA FMS SEMSA.**
- i. Compete ao fiscal do contrato:
- ii. **Acompanhar tecnicamente** a execução dos serviços, verificando a conformidade com o Termo de Referência.
- iii. **Anotar em registro próprio** todas as ocorrências relevantes, conforme previsto no §1º do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.
- iv. **Verificar a qualidade dos materiais utilizados**, exigindo certificações e rastreabilidade.
- v. **Informar à gestora do contrato**, em tempo hábil, qualquer irregularidade ou situação que demande providência superior.
- vi. **Exigir correções ou troca** de produtos que apresentem falhas ou não conformidades, sem ônus para a Administração.

- vii. **Atestar as notas fiscais**, somente após a verificação da conformidade dos serviços prestados.
- viii. **Zelar pela legalidade, eficiência e economicidade** na execução contratual, observando os princípios da Administração Pública.
- b. **RESPONSÁVEL PELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**
- c. **Artigos 82 a 86** tratam do Sistema de Registro de Preços (SRP). Destaco:
 - i. **Art. 86, §1º:** o **órgão gerenciador** é o responsável por conduzir o processo e gerenciar a ata.
 - ii. **Órgão Gerenciador:** É o órgão ou entidade da administração pública que conduz o processo licitatório e gerencia a ata. Ele é responsável por:
 - j) Conduzir o pregão
 - k) Registrar os preços e fornecedores vencedores
 - l) Controlar a vigência da ata
 - m) Autorizar adesões (carona) de outros órgãos

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- a. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nos artigos 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o devido processo legal e o contraditório. A contratada estará sujeita às seguintes penalidades:
 - i. **Advertência:** por infrações de menor gravidade, com indicação de prazo para correção.
- b. **Multa:**
 - i. **Multa compensatória:** até 10% do valor do contrato, em caso de inadimplemento total ou parcial.
 - ii. **Multa moratória:** até 0,5% por dia de atraso, limitada a 20% do valor do contrato.
- c. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar** com a Administração por até 2 (dois) anos.
- d. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.
- e. A aplicação das sanções será precedida de:
 - i. **Notificação formal** à contratada, com prazo para apresentação de defesa.
 - ii. **Análise técnica** pela **DIRETORA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS** com base nos registros e relatórios do Fiscal do Contrato - **DIRETORA ADMINISTRATIVA-FMS/SEMSA/PMVJ.**
 - iii. **Decisão fundamentada** da autoridade competente, com registro no processo administrativo.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO:

- a) Conforme o art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, a subcontratação deve ser regulada de forma a garantir que todas as obrigações do contrato principal sejam cumpridas com a mesma qualidade, segurança e responsabilidade exigidas do contratado.
- b) Diretrizes e condições:

- c) Autorização Prévia:
- d) A subcontratação somente será permitida mediante autorização expressa da Administração;
- e) É responsabilidade do contratado comunicar formalmente a Administração sobre a necessidade de subcontratar qualquer parte do objeto contratado.
- f) Responsabilidade Solidária:
- g) O contratado permanece responsável integralmente pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, independentemente da eventual subcontratação;
- h) Qualquer falha da subcontratada será considerada como falha do contratado principal para efeitos de penalidades.
- i) Qualificação da Subcontratada:
- j) A empresa subcontratada deverá atender aos mesmos requisitos técnicos, legais, de qualidade e segurança exigidos no contrato principal;
- k) Devem estar devidamente registradas e autorizadas pela ANVISA, quando aplicável, para a execução das atividades subcontratadas.
- l) Relação Contratual e Fiscalização:
- m) O contratado deverá manter controle rigoroso sobre a subcontratada, garantindo cumprimento dos prazos, quantidade e qualidade dos medicamentos;
- n) A Administração terá acesso aos registros da subcontratada para fiscalização e verificação da execução do objeto.
- o) Decisão:
- p) A subcontratação será permitida somente quando estritamente necessária, mediante aprovação da Administração, garantindo que todas as responsabilidades contratuais, legais e de qualidade sejam integralmente mantidas pelo contratado principal, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas.

13.8 REQUISITOS E CUIDADOS:

- a) **Qualidade dos Medicamentos:**
 - a. Todos os medicamentos fornecidos devem estar **registrados na ANVISA**;
 - b. Validade mínima de **12 meses** a partir da data de entrega;
 - c. Embalagens **invólucro e lacre intactos**, com informações legíveis e corretas;
 - d. Produtos devem estar em conformidade com os padrões da **RENAME** e protocolos clínicos do SUS.
- b) **Armazenamento e Transporte:**
 - a. Condições adequadas de transporte, garantindo temperatura, umidade e conservação, conforme especificações técnicas;
 - b. Registro de **cadeia de frio**, quando aplicável;
 - c. Rota logística planejada para evitar atrasos e danos aos produtos.

- c) **Rastreabilidade e Documentação:**
 - a. Emissão de **nota fiscal eletrônica** e laudos de qualidade quando exigido;
 - b. Registro completo de lote, validade e fornecedor para rastreabilidade;
 - c. Comunicação imediata à Administração sobre qualquer irregularidade identificada.
- d) **Treinamento e Capacitação:**
 - a. Profissionais responsáveis pelo transporte, armazenamento e entrega devem possuir **capacitação adequada**;
 - b. Procedimentos de boas práticas de manipulação e manuseio devem ser seguidos rigorosamente.
- e) **Medidas de Contingência:**
 - a. Planos de ação para **eventuais atrasos, avarias ou desvios de qualidade**;
 - b. Substituição imediata de medicamentos que não atendam aos padrões de qualidade exigidos.
- f) **Decisão:**
- g) Todos os requisitos e cuidados especificados devem ser **rigorosamente observados pelo contratado**, garantindo que o fornecimento de medicamentos seja seguro, confiável e em conformidade com a legislação vigente, preservando a integridade do paciente e a eficiência da gestão pública.

14. DO REAJUSTE DE PREÇO E PRAZO:

- a. **REAJUSTE DE PREÇO:**
- b. Equilíbrio Econômico-financeiro do contrato, conforme previsto no **art. 134 da Lei nº 14.133/2021**. Aqui está uma sugestão detalhada que você pode adaptar:
- c. O valor contratual poderá ser **reajustado anualmente**, contado a partir da data da assinatura do contrato, com base na variação do índice oficial estabelecido no TERMO DE REFERENCIA, conforme previsto no artigo 134 da Lei nº 14.133/2021.
- d. **CRITÉRIOS PARA O REAJUSTE:**
 - i. O índice de reajuste será o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, ou outro que venha a substituí-lo, conforme pactuará contratual.
 - ii. O reajuste será aplicado **automaticamente**, mediante solicitação da contratada e comprovação da variação do índice.
- e. **A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR:**
 - i. Planilha atualizada de custos
 - ii. Memória de cálculo do reajuste
 - iii. Comprovação da data-base do contrato
- f. **PROCEDIMENTOS:**
 - i. A solicitação de reajuste deverá ser encaminhada à **DIRETORA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS** para análise administrativa.
 - ii. O **Fiscal do Contrato, DIRETORA ADMINISTRATIVA-FMS/SEMSA/PMVJ**, deverá emitir parecer técnico sobre a conformidade dos serviços e a compatibilidade dos valores.

iii. O reajuste será formalizado por **termo aditivo**, após aprovação da autoridade competente.

g. OBSERVAÇÕES:

i. O reajuste não será aplicado retroativamente.

ii. Não será concedido reajuste em caso de inadimplemento contratual ou pendências na execução dos serviços.

h. REAJUSTE DE PRAZO:

i. A vigência do contrato poderá ser **prorrogada** nas hipóteses previstas no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e administrativa, observando-se:

i. **Execução contínua dos serviços**, conforme o interesse público;

ii. **Impedimentos temporários** devidamente justificados pela contratada;

iii. **Necessidade de conclusão do objeto**, em contratos por escopo;

iv. **Atrasos imputáveis à Administração**, que impactem o cronograma contratual.

j. PROCEDIMENTOS:

i. A contratada deverá apresentar **solicitação formal**, com justificativa e documentação comprobatória.

ii. O pedido será analisado pela **DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**, com parecer técnico do **Fiscal do Contrato**.

iii. A prorrogação será formalizada por **termo aditivo**, com nova definição de prazo e cronograma.

k. OBSERVAÇÕES:

i. A prorrogação não implica em reajuste de valores, salvo se houver previsão contratual específica.

ii. O pedido deverá ser feito com **antecedência mínima de 30 dias** do término da vigência contratual.

15. CONDIÇÕES, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

b. A entrega dos itens contratados deverá obedecer aos seguintes parâmetros:

a. Os medicamentos deverão ser entregues **em embalagens originais, lacradas, íntegras e com identificação clara do fabricante**, respeitando os prazos de validade e as normas da Vigilância Sanitária.

b. Produtos perecíveis devem ser transportados em **veículos apropriados**, com controle de temperatura e higiene adequado, conforme exigido.

c. O fornecedor deverá apresentar **Nota Fiscal, alvará sanitário e comprovante de regularidade fiscal** no ato da entrega.

d. A conferência dos produtos será realizada por servidor designado, com registro em termo de recebimento e verificação de conformidade com o edital.

c. PRAZO DE ENTREGA:

a. O prazo máximo para entrega será de **7 (sete) dias úteis** após o recebimento da ordem de fornecimento/ou autorização de fornecimento.

b. Em caso de necessidade emergencial, poderá ser solicitado **prazo reduzido**, mediante justificativa da

Secretaria Municipal de Saúde.

c. A reposição de produtos com avarias, vencidos ou em desacordo com as especificações deverá ocorrer em até **24 horas** após notificação formal.

d. **LOCAL DE ENTREGA:**

a. Os medicamentos deverão ser entregues nos seguintes locais, conforme cronograma definido pelo Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio Público:

b. O fornecedor deverá agendar previamente a entrega com o setor responsável, respeitando o horário de funcionamento das unidades: **segunda a sexta-feira, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 18h.**

16. **CRITERIO DE ACEITAÇÃO:**

f. Serão aceitos apenas produtos que estejam **em conformidade com as especificações técnicas** descritas no edital ou termo de referência, incluindo marca, tipo, peso, validade e condições de embalagem.

g. Produtos com **embalagens danificadas, violadas, com sinais de contaminação ou vencidos** serão recusados imediatamente, com registro em termo de não conformidade.

h. A aceitação será condicionada à **verificação física e documental** dos itens, realizada por servidor designado, com base em:

i. Nota Fiscal;

ii. Certificados sanitários e de origem;

iii. Laudos técnicos, quando exigidos.

i. Será exigido que os produtos possuíssem **validade mínima de 6 a 12 meses do prazo total de validade** no momento da entrega.

j. A contratada deverá realizar **reposição imediata (em até 24h)** de itens recusados, sem ônus adicional para a contratante.

17. **DO PAGAMENTO:**

a. O pagamento à contratada será efetuado pela Administração, conforme a efetiva prestação dos serviços, através da **ORDEM DE SERVIÇO /OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** emitida pelo Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio Público.

b. **MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL E TÉCNICA EXIGIDA, OBSERVANDO-SE OS SEGUINTE CRITÉRIOS:**

i. **Nota fiscal eletrônica**, emitida em conformidade com a legislação tributária vigente;

ii. **Relatório de produção**, contendo os procedimentos realizados e devidamente assinados pelo Fiscal do Contrato;

iii. **Declaração de conformidade dos serviços**, emitida pelo Fiscal do Contrato.

iv. O pagamento está condicionado à **regularidade fiscal e trabalhista** da contratada, conforme verificação nos sistemas oficiais SICAF, FGTS, INSS, etc.

v. Em caso de **pendências ou não conformidades**, o pagamento poderá ser **suspenso** até a regularização.

c. FORMA DE PAGAMENTO:

- i. O valor será creditado em conta bancária corrente indicada pela contratada, vinculada ao **CNPJ da empresa**.
- ii. Não serão aceitos pagamentos em contas de terceiros ou com divergência cadastral.
- iii. O pagamento será realizado de forma parcela conforme a execução do objeto e será realizado entre 5 a 30 (trinta) dias após a data de protocolo da solicitação de pagamento.

d. OBSERVAÇÕES:

- i. Não será efetuado pagamento por serviços não comprovadamente realizados.
- ii. A contratada deverá manter atualizados seus dados bancários e cadastrais junto à Administração.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

18.8 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos Consignados no Orçamento na seguinte dotação:

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ - FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0067	MANUT. COORD. E APOIO A ATENÇÃO BÁSICA – PAB
AÇÃO:	2-045	ATENÇÃO BÁSICA
NAT. DE DESPESA:	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE:	600	TRANSFERÊNCIAS

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ - FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	122.0052	MANUTENÇÃO E APOIO AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO:	2-034	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
NAT. DE DESPESA:	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE:	500	TRANSFERÊNCIAS

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ - FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0067	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO:	2-039	ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
NAT. DE DESPESA:	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO

FONTE:	600	TRANSFERÊNCIAS
--------	-----	----------------

UNID. ORÇAMENTARIA:	13	FMSVJ - FUNDO MUNIC. DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
PROG. DE TRABALHO:	301.0067	PROGRAMA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
AÇÃO:	2-054	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
NAT. DE DESPESA:	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE:	600	TRANSFERÊNCIAS

19. ASSINATURA:

DCMP, Vitória do Jari, xx de xxxxxxxx de 2025.

Hemerson Brito Souza
Diretor Compras e Patrimonios
Decreto nº 056/2025-GAB/PMVJ

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (anexo III)
OBRIGATÓRIO TER TODAS AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS

Pregão Eletrônico (SRP) n° XX/2025

A Sra. Pregoeira e equipe de apoio

Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Jari

Pedro Ladislau da Silveira, n° 1135 – Bairro Prainha.

VITÓRIA DO JARI-AP, CEP: 614.924-000.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA ATENÇÃO BÁSICA, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI/AP, INCLUINDO UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), FARMÁCIA CENTRAL E DEMAIS ESTABELECIMENTOS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE E A EFICÁCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL			
CNPJ			
ENDEREÇO			
BAIRRO		CIDADE	
CEP		E-MAIL	
TELEFONE			
BANCO		AGÊNCIA	
		C.CORRENTE	

Proposta que faz a empresa supracitada para o fornecimento dos materiais relacionados abaixo, conforme estabelecido no PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° XX/202X.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$

Valor total da proposta:

Validade da proposta:

No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais de mão de obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagens, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, é ciente de todas as condições do presente Edital do PREGÃO ELETRÔNICO n° XX/202X-CCP/SEMSA-FMS-PMVJ e concorda com as mesmas.

Os dados do responsável pela assinatura de contrato: Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXX, (natural), (estado civil), (profissão), portador da CI nº XXXXXX/XX, CPF nº. XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, bairro XXXXXXXXXXXXX, cidade XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, telefone para contato (XXX) XXXXX-XXXX.

(local e data), XX de xxxxxxxx de 2025.

Assinatura do representante legal / carimbo da empresa

Obs: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA (anexo IV)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025-CCP/FMS/SEMSA/PMVJ

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

A) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa; a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

B) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

C) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação

D) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;

E) e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2025.

(representante legal do licitante no âmbito da licitação, com identificação completa) _____

DECLARAÇÃO – ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL (anexo V)

Da Lei n.º 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO n.º XX/2025-CCP/FMS/SEMSA/PMVJ

(nome da empresa) _____, CNPJ n.º _____, sediada à (endereço completo), declara sob as penas da lei que possui todos os requisitos exigidos no Edital de Pregão Eletrônico n.º __/2025, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, DECLARANDO, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital ensejará aplicação de penalidades à declarante.

Local e data

**Nome / número do C.P.F do Declarante ou Representante Legal da Empresa
(Assinatura) Carimbo do CNPJ**

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR (anexo VI)

A empresa xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx INC. EST. xxxxxxxxxxxxxxxx, situada xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº xxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxx, município de xxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal a Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, residente no endereço situada xxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxx

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 14 (quatorze) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezeses) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 91454, de 27.10.99.

**Nome / número do C.P.F do Declarante ou Representante Legal da Empresa
(Assinatura) Carimbo do CNPJ**

DECLARAÇÃO DE MPE (anexo VII)

Processo nº: XX/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico nº. XX/2025-CCP/FMS/SEMSA/PMVJ

Tipo: Menor Preço por Item.

- a) Objeto: Refere-se a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA ATENÇÃO BÁSICA, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DO JARI/AP, INCLUINDO UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), FARMÁCIA CENTRAL E DEMAIS ESTABELECIMENTOS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE E A EFICÁCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

Declaro para os devidos fins e sob as penalidades da Lei, que a empresa: _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, está enquadrada como _____ (Microempresa, EPP, Equiparada), e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida lei. Outrossim, declaro, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

E que caso haja restrição fiscal ou trabalhista nos documentos de habilitação, pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei Federal 14.133/21.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e identificação do declarante

Maria de Lourdes Santana da Silva
Dir. de Planejamento e Orçamento
Dec. Nº 753/2025-GAB/PMVJ